



Companhia Paranaense de Energia - Copel

CNPJ/MF 76.483.817/0001-20

Inscrição Estadual 10146326-50

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR

CEP 80420-170

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS ITR

Março / 2013

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Base de Preparação	12
3 Principais Políticas Contábeis	14
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	19
5 Títulos e Valores Mobiliários	20
6 Cauções e Depósitos Vinculados	21
7 Clientes	22
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	23
9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	25
10 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão	26
11 Outros Créditos	26
12 Estoques	27
13 Tributos	27
14 Depósitos Judiciais	32
15 Créditos com Partes Relacionadas	32
16 Investimentos	34
17 Imobilizado	43
18 Intangível	47
19 Obrigações Sociais e Trabalhistas	49
20 Fornecedores	49
21 Empréstimos e Financiamentos	51
22 Debêntures	57
23 Benefícios Pós-Emprego	58
24 Encargos do Consumidor a Recolher	60
25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	60
26 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	62
27 Outras Contas a Pagar	63
28 Contingências e Provisões para Litígios	63
29 Patrimônio Líquido	73
30 Receita Operacional Líquida	76
31 Custos e Despesas Operacionais	78
32 Resultado Financeiro	82
33 Segmentos Operacionais	82
34 Contratos de Arrendamento Operacional	86
35 Instrumentos Financeiros	88
36 Transações com Partes Relacionadas	102
37 Seguros (não revisado)	105
38 Conta de Compensação da "Parcela A"	105
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO PERÍODO	108
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	117
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR	118

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais - R\$

DESCRIÇÃO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
ATIVO TOTAL		13.859.158	13.650.655	21.438.746	21.230.458
ATIVO CIRCULANTE		1.925.589	1.218.801	4.846.388	4.681.692
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12.248	29.464	1.206.096	1.459.217
Aplicações Financeiras		178	176	534.468	672.309
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		178	176	522.082	672.309
Títulos para Negociação	5	-	-	184.586	183.014
Títulos Disponíveis para Venda	5	178	176	304.025	452.487
Cauções e Depósitos Vinculados	6	-	-	33.471	36.808
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		-	-	12.386	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	5	-	-	12.386	-
Contas a Receber		1.795.850	1.038.667	2.698.361	2.179.522
Clientes		-	-	1.704.435	1.489.173
Clientes	7	-	-	1.704.435	1.489.173
Outras Contas a Receber		1.795.850	1.038.667	993.926	690.349
Dividendos a Receber	15	920.664	1.038.664	18.084	18.064
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	-	-	77.322	75.930
Contas a Receber Vinculadas a Concessão	9	-	-	4.159	5.319
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	10	-	-	352.161	356.085
Créditos com Controladas	15	875.093	-	-	-
Outros Créditos	11	93	3	542.200	234.951
Estoques	12	-	-	135.225	124.809
Tributos a Recuperar		117.313	150.494	248.795	241.034
Tributos Correntes a Recuperar		117.313	150.494	248.795	241.034
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.1	117.302	150.483	177.489	191.544
Outros Tributos	13.3	11	11	71.306	49.490
Despesas Antecipadas		-	-	23.443	4.801
Despesas Antecipadas		-	-	23.443	4.801
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.933.569	12.431.854	16.592.358	16.548.766
Ativo Realizável a Longo Prazo		674.349	1.540.940	6.287.984	6.297.317
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		-	-	192.486	159.581
Títulos Disponíveis para Venda	5	-	-	149.869	116.335
Cauções e Depósitos Vinculados	6	-	-	42.617	43.246
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		-	-	-	12.180
Títulos Mantidos até o Vencimento	5	-	-	-	12.180
Contas a Receber		-	-	18.610	26.171
Clientes	7	-	-	18.610	26.171
Tributos Diferidos		109.948	117.194	705.820	681.285
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.2	109.948	117.194	705.820	681.285
Despesas Antecipadas		-	-	212	8.832
Despesas Antecipadas		-	-	212	8.832
Créditos com Partes Relacionadas		292.896	1.151.888	-	-
Créditos com Controladas	15	292.896	1.151.888	-	-
Outros Ativos Não Circulantes		271.505	271.858	5.370.856	5.409.268
Contas a Receber Vinculadas a Concessão	9	-	-	2.707.659	2.645.826
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	10	-	-	629.765	717.805
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	-	-	1.299.073	1.308.354
Depósitos Judiciais	14	271.505	271.858	582.803	574.371
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	13.1	-	-	14.155	19.995
Tributos Correntes a Recuperar	13.3	-	-	117.344	120.189
Outros Créditos	11	-	-	20.057	22.728
Investimentos	16	11.259.220	10.890.914	675.653	590.544
Participações Societárias		11.259.220	10.890.914	675.653	590.544
Participações em Coligadas		86.901	88.085	86.901	88.085
Participações em Controladas		10.702.909	10.347.346	-	-
Participações em Controladas em Conjunto		387.443	390.725	501.306	432.224
Outras Participações Societárias		81.967	64.758	87.446	70.235
Imobilizado	17	-	-	7.802.018	7.871.753
Imobilizado em Operação		-	-	6.282.868	5.499.913
Imobilizado em Andamento		-	-	1.519.165	2.371.855
Obrigações Especiais		-	-	(15)	(15)
Intangível	18	-	-	1.826.703	1.789.152
Intangíveis		-	-	1.826.703	1.789.152
Contrato de Concessão		-	-	1.762.007	1.720.470
Autorização e Concessão de Controladas		-	-	23.155	23.343
Outros		-	-	41.541	45.339

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

DESCRIÇÃO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
					Reapresentado
PASSIVO TOTAL		13.859.158	13.650.655	21.438.746	21.230.458
PASSIVO CIRCULANTE		381.926	257.700	2.957.105	2.833.444
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	290	645	328.725	384.008
Obrigações Sociais		290	645	60.582	95.472
Obrigações Trabalhistas		-	-	268.143	288.536
Fornecedores	20	3.341	1.616	1.219.199	1.131.782
Fornecedores Nacionais		3.341	1.616	1.219.199	1.131.782
Obrigações Fiscais		4	25.323	385.228	458.669
Obrigações Fiscais Federais		4	25.323	214.629	247.414
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.1	-	3.251	199.415	170.189
Outras Obrigações Fiscais Federais	13.3	4	22.072	15.214	77.225
Obrigações Fiscais Estaduais	13.3	-	-	169.255	209.570
Obrigações Fiscais Municipais	13.3	-	-	1.344	1.685
Empréstimos e Financiamentos		270.473	28.106	538.015	274.009
Empréstimos e Financiamentos	21	270.473	28.106	506.533	261.290
Em Moeda Nacional		266.529	24.795	502.583	257.973
Em Moeda Estrangeira		3.944	3.311	3.950	3.317
Debêntures	22	-	-	31.482	12.719
Outras Obrigações		107.818	202.010	485.938	584.976
Outros		107.818	202.010	485.938	584.976
Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		107.079	201.186	110.673	204.780
Benefícios Pós-Emprego	23	-	4	25.803	25.819
Encargos do Consumidor a Recolher	24	-	-	40.383	56.498
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	25	-	-	154.900	159.599
Contas a Pagar Vinculadas a Concessão - Uso do Bem Público	26	-	-	48.486	48.477
Outras Contas a Pagar	27	739	820	105.693	89.803
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		991.168	1.274.016	5.724.287	6.013.569
Empréstimos e Financiamentos		711.861	971.721	2.728.128	2.987.546
Empréstimos e Financiamentos	21	711.861	971.721	1.730.058	1.989.588
Em Moeda Nacional		656.645	915.692	1.674.837	1.933.554
Em Moeda Estrangeira		55.216	56.029	55.221	56.034
Debêntures	22	-	-	998.070	997.958
Outras Obrigações		-	-	1.295.582	1.279.779
Outros		-	-	1.295.582	1.279.779
Fornecedores	20	-	-	86.972	100.908
Benefícios Pós-Emprego	23	-	-	686.220	675.230
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	25	-	-	119.927	104.561
Contas a Pagar Vinculadas a Concessão - Uso do Bem Público	26	-	-	402.463	399.080
Tributos Diferidos		-	-	544.070	590.536
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.2	-	-	544.070	590.536
Provisões	28	279.307	302.295	1.156.567	1.155.708
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis		267.640	290.628	1.105.302	1.104.590
Provisões Fiscais		266.273	272.934	288.289	294.576
Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		-	-	164.717	154.990
Provisões para Benefícios a Empregados		-	-	73.064	78.670
Provisões Cíveis		1.367	17.694	579.292	576.354
Outras Provisões		11.667	11.667	51.145	51.118
Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		-	-	204	193
Provisões para Passivos Regulatórios		11.667	11.667	50.941	50.925
PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	29	12.486.064	12.118.939	12.757.354	12.383.445
Capital Social Realizado		6.910.000	6.910.000	6.910.000	6.910.000
Reservas de Lucros		3.972.990	3.972.990	3.972.990	3.972.990
Reserva Legal		571.221	571.221	571.221	571.221
Reserva de Retenção de Lucros		3.337.295	3.337.295	3.337.295	3.337.295
Dividendo Adicional Proposto		64.474	64.474	64.474	64.474
Lucros Acumulados		415.690	-	415.690	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.187.384	1.235.949	1.187.384	1.235.949
Participação de Acionistas Não Controladores	29.2	-	-	271.290	264.506

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais



Demonstrações de Resultados
para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012
Valores expressos em milhares de reais - R\$

DESCRIÇÃO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
					Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE BENS E/OU SERVIÇOS	30	-	-	2.380.410	2.024.638
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	31	-	-	(1.706.581)	(1.357.218)
RESULTADO BRUTO		-	-	673.829	667.420
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		394.806	307.505	(155.762)	(206.453)
Despesas com Vendas	31	-	-	(24.068)	(24.894)
Despesas Gerais e Administrativas	31	(5.322)	(4.348)	(103.357)	(111.160)
Outras Receitas Operacionais	31	169	71	2.138	2.870
Outras Despesas Operacionais, líquidas de reversões	31	22.798	(3.983)	(50.083)	(89.630)
Resultado da Equivalência Patrimonial	16	377.161	315.765	19.608	16.361
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		394.806	307.505	518.067	460.967
Resultado Financeiro	32	4.565	5.775	73.899	15.276
Receitas Financeiras		21.982	30.237	146.033	128.288
Despesas Financeiras		(17.417)	(24.462)	(72.134)	(113.012)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ O LUCRO		399.371	313.280	591.966	476.243
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	13.4	(7.499)	845	(193.310)	(156.498)
Corrente		-	(680)	(262.667)	(193.330)
Diferido		(7.499)	1.525	69.357	36.832
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		391.872	314.125	398.656	319.745
LUCRO DO PERÍODO		391.872	314.125	398.656	319.745
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		-	-	391.872	314.125
Atribuído a Sócios Não Controladores	29.2	-	-	6.784	5.620
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO					
AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	29.1				
Ações Ordinárias		1,3677	1,0964	1,3677	1,0964
Ações Preferenciais Classe "A"		1,5035	1,2053	1,5035	1,2053
Ações Preferenciais Classe "B"		1,5045	1,2060	1,5045	1,2060

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		391.872	314.125	398.656	319.745
Outros resultados abrangentes					
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda:					
aplicações financeiras	29.1.2	(2.699)	752	(4.090)	1.140
contas a receber vinculadas à concessão	29.1.2	-	(6.007)	-	(9.102)
investimentos	29.1.2	(746)	1.190	(746)	1.190
Tributos sobre outros resultados abrangentes	29.1.2	253	(405)	1.644	2.302
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(3.192)	(4.470)	(3.192)	(4.470)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		388.680	309.655	395.464	315.275
Atribuído aos acionistas da empresa controladora				388.680	309.655
Atribuído aos acionistas não controladores				6.784	5.620

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores (NE 29.2)	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2013 - Reapresentado		6.910.000	1.341.098	(105.149)	571.221	3.337.295	64.474	-	12.118.939	264.506	12.383.445
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	391.872	391.872	6.784	398.656
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas com ativos financeiros, líquidas de tributos	29.1.2	-	-	(3.192)	-	-	-	-	(3.192)	-	(3.192)
Perdas atuariais, líquidas de tributos	29.1.2	-	-	(21.555)	-	-	-	-	(21.555)	-	(21.555)
Resultado abrangente do período		-	-	(24.747)	-	-	-	391.872	367.125	6.784	373.909
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	29.1.2	-	(23.818)	-	-	-	-	23.818	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2013		6.910.000	1.317.280	(129.896)	571.221	3.337.295	64.474	415.690	12.486.064	271.290	12.757.354

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores (NE 29.2)	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - Reapresentado		6.910.000	1.442.742	23.304	536.187	2.838.551	84.875	-	11.835.659	242.834	12.078.493
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	314.125	314.125	5.620	319.745
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas com ativos financeiros, líquidas de tributos	29.1.2	-	-	(4.470)	-	-	-	-	(4.470)	-	(4.470)
Resultado abrangente do período		-	-	(4.470)	-	-	-	314.125	309.655	5.620	315.275
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	29.1.2	-	(26.644)	-	-	-	-	26.644	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2012 - Reapresentado		6.910.000	1.416.098	18.834	536.187	2.838.551	84.875	340.769	12.145.314	248.454	12.393.768

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
					Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		391.872	314.125	398.656	319.745
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação	17.2	-	-	88.989	84.957
Amortização de intangível - concessão	18	-	-	55.786	55.714
Amortização de intangível - outros	18	-	-	2.065	473
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		1.311	27.908	(4.209)	26.846
Atualização do valor justo de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	-	42.569
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	(5.163)	(79.219)
Resultado da equivalência patrimonial	16.1	(377.161)	(315.765)	(19.608)	(16.361)
Imposto de renda e contribuição social		-	680	262.667	193.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2.1	7.499	(1.525)	(69.357)	(36.832)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.5	-	-	13.100	15.413
Provisão (reversão) para perdas de créditos tributários	31.5	-	-	(533)	(331)
Provisões (reversões) para litígios	31.5	(22.988)	3.794	6.969	52.663
Provisão para benefícios pós-emprego	23.3	115	132	45.354	42.772
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25.2	-	-	21.933	19.002
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	14.847	1.630
Resultado das baixas de imobilizado	17.2	-	-	578	10
Resultado das baixas de intangíveis	18	-	-	3.074	352
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	(217.413)	(59.719)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		119.967	79.674	1.967	2.146
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.2	-	-	40.770	37.716
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	10.1	-	-	124.013	-
Depósitos judiciais		353	(95)	(8.432)	(64.258)
Outros créditos		(90)	(8)	(304.312)	(64.154)
Estoques		-	-	(10.416)	(5.344)
Imposto de renda e contribuição social		33.181	10.167	19.895	1.493
Outros tributos correntes a recuperar		-	(11)	(15.304)	1.928
Despesas antecipadas		-	-	(10.022)	(24.286)
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(355)	65	(55.283)	1.565
Fornecedores		1.725	(1.032)	65.897	(71.159)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.251)	(4.609)	(233.441)	(257.144)
Outras obrigações fiscais		(22.068)	(34.035)	(102.667)	(43.538)
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	21.9	(34.717)	(52.773)	(51.439)	(68.061)
Pagamento de encargos de debêntures	22.2	-	-	(55)	-
Benefícios pós-emprego	23.3	(119)	(132)	(34.380)	(44.652)
Encargos do consumidor a recolher		-	-	(16.115)	(3.310)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25.2	-	-	(14.334)	(7.522)
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	26.1	-	-	(12.118)	(11.010)
Outras contas a pagar		(81)	3	15.890	11.933
Provisões para litígios	28.1	-	-	(6.455)	(9.187)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		95.193	26.563	(8.606)	46.170

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(2)	(3)	112.396	61.164
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(14.604)	-	-
Adições em investimentos	16.1	(18.300)	(8.255)	(89.789)	(9.034)
Adições no imobilizado	17.2	-	-	(10.201)	(216.804)
Adições no intangível vinculado à concessão	18	-	-	(194.542)	(147.239)
Participação financeira do consumidor	18	-	-	32.196	(1.229)
Adições em outros intangíveis	18	-	-	656	2.054
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(18.302)	(22.862)	(149.284)	(311.088)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingresso de empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	21.9	-	-	12.665	44.723
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	21.9	-	-	(13.789)	(8.856)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(94.107)	-	(94.107)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(94.107)	-	(95.231)	35.867
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.216)	3.701	(253.121)	(229.051)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	29.464	27.757	1.459.217	1.048.446
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	12.248	31.458	1.206.096	819.395
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.216)	3.701	(253.121)	(229.051)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa

Transações não envolvendo caixa

Aquisições de imobilizado com acréscimo no saldo de fornecedores	-	-	10.601	-
--	---	---	--------	---

Demonstrações do Valor Adicionado

para o trimestre findo em 31 de março de 2013

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012 Reapresentado	31.03.2013	31.03.2012 Reapresentado
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	-	-	3.057.825	2.993.759
Receita de construção	-	-	309.903	284.082
Outras receitas	-	-	1.970	119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(13.100)	(15.413)
Total	-	-	3.356.598	3.262.547
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	918.783	663.237
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	-	-	109.172	182.078
Material, insumos e serviços de terceiros	586	874	114.948	115.042
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	79.101	63.233
Custo de construção	-	-	284.161	244.754
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	6.900	930
Outros encargos	-	-	-	4.052
Outros insumos	(20.514)	5.286	20.357	68.929
Total	(19.928)	6.160	1.533.422	1.342.255
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	19.928	(6.160)	1.823.176	1.920.292
(-) Depreciação e amortização	189	189	146.841	141.144
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	19.739	(6.349)	1.676.335	1.779.148
(+) Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	21.982	30.237	146.033	128.288
Resultado de participações societárias	377.330	315.836	19.777	16.432
Outras receitas	-	-	55.330	31.457
Total	399.312	346.073	221.140	176.177
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	419.051	339.724	1.897.475	1.955.325

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
para o trimestre findo em 31 de março de 2013 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2013	%	31.03.2012	%	31.03.2013	%	31.03.2012	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :			Reapresentado				Reapresentado	
Pessoal								
Remunerações e honorários	1.529		1.458		183.135		152.491	
Planos previdenciário e assistencial	115		132		45.353		42.773	
Auxílio alimentação e educação	-		-		23.349		18.644	
Encargos sociais - FGTS	289		93		15.227		14.251	
Indenizações trabalhistas	-		-		(1.706)		7.124	
Participação nos lucros e/ou resultados	-		-		8.011		13.397	
Apropriação no imobilizado e no intangível em curso	-		-		(10.184)		(8.508)	
Total	1.933	0,5	1.683	0,5	263.185	13,9	240.172	12,3
Governo								
Federal	8.222		22		584.966		646.617	
Estadual	1		-		559.460		614.679	
Municipal	-		-		1.501		1.185	
Total	8.223	2,0	22	-	1.145.927	60,4	1.262.481	64,5
Terceiros								
Juros e multas	17.023		23.893		80.101		126.168	
Arrendamentos e aluguéis	-		1		8.200		4.455	
Doações, subvenções e contribuições	-		-		1.406		2.304	
Total	17.023	4,1	23.894	7,0	89.707	4,7	132.927	6,8
Acionistas								
Participações de acionistas não controladores	-		-		6.784		5.620	
Lucros retidos na empresa	391.872		314.125		391.872		314.125	
Total	391.872	93,4	314.125	92,5	398.656	21,0	319.745	16,4
	419.051	100,0	339.724	100,0	1.897.475	100,0	1.955.325	100,0

"As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

para o trimestre findo em 31 de março de 2013

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na bolsa de valores dos Estados Unidos da América (NYSE EURONEXT) e no Latibex - o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madrid. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná.

A Copel e suas controladas (Grupo) têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

Essas informações trimestrais compreendem:

- As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora por seu valor justo ou pelo custo.

Essas informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 - Informações Intermediárias e no Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/11. Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2012, que não sofreram modificações no trimestre, não estão sendo apresentadas.

Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2012, disponíveis nos *sites* da CVM e da Copel.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações em 14.05.2013.

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais são elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados aos valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com as normas IFRS e CPC, a preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A partir do exercício iniciado em 1º.01.2013, na elaboração das demonstrações financeiras, está sendo aplicado o CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades, que exige que a entidade divulgue informações sobre julgamentos e premissas significativos, incluídos na NE nº 16 - Investimentos.

As outras informações sobre o uso de estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais, são as mesmas divulgadas na NE nº 2.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2012.

2.5 Reclassificação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia revisou, no período, a Demonstração do Valor Adicionado. Foram destacados as receitas e os custos de construção de ativos próprios e efetuada a reclassificação de Dividendos adicionais propostos, de Remuneração do capital próprio para Lucros retidos na empresa.

Para fins de comparação, o Valor adicionado a distribuir e a Distribuição do valor adicionado referentes ao trimestre findo em 31.03.2012 foram alterados, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado		Efeitos do CPC 19 (R2) (NE nº 3.3.6)	Reclassificações	Ajustado
	Publicado			
Demonstração do Valor Adicionado				
Valor adicionado a distribuir	1.917.967	(98)	37.456	1.955.325
Distribuição do valor adicionado	1.917.967	(98)	37.456	1.955.325

3 Principais Políticas Contábeis

A partir do exercício iniciado em 1º.01.2013, na elaboração das demonstrações financeiras, estão sendo aplicados os CPCs: 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; 19 (R2) Negócios em Conjunto; 33 (R1) Benefícios a Empregados; 36 (R3) Demonstrações Consolidadas; e 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades.

Para fins de comparação, o balanço patrimonial de 31.12.2012 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa e do valor adicionado de 31.03.2012 estão sendo reapresentados, contemplando os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Os principais efeitos das aplicação dos novos pronunciamentos, na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, foram a exclusão dos saldos proporcionais dos empreendimentos controlados em conjunto, que eram apresentados linha a linha e a eliminação dos diferimentos das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor).

As políticas contábeis que sofreram alterações a partir deste trimestre estão descritas a seguir. As outras políticas contábeis são consistentes com aquelas apresentadas na NE nº 3 das demonstrações financeiras de 31.12.2012.

3.1 Base de consolidação

Os investimentos em controladas (NE nº 16.2), em controladas em conjunto (NE nº 16.3) e em coligadas (NE nº 16.4) são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, controlada em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às do Grupo.

3.1.1 Controladas

O CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas estabelece o controle como a base para a consolidação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixem de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

A participação de não controladores são apresentadas no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isto resulte em que as participações de não controladores tenham saldo deficitário.

3.1.2 Investimentos em controladas em conjunto e em coligadas

As controladas em conjuntos são as entidades em que a Companhia, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante. Coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa.

Quando a participação nos prejuízos de uma coligada ou de uma controlada em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a Companhia deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a Companhia incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a Companhia deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

3.2 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 23. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com database que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos do CPC 33 (R1) e IAS 19 - Benefícios a Empregados, aprovados pela deliberação CVM nº 695/12.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.3 Efeitos da aplicação dos novos CPCs

3.3.1 Efeitos no balanço patrimonial de 1º.01.2012

ATIVO	Consolidado			
	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
CIRCULANTE	3.702.013	(2.496)	-	3.699.517
Caixa e equivalentes de caixa	1.049.125	(679)	-	1.048.446
Dividendos a receber	17.906	(1.419)	-	16.487
Imposto de renda e contribuição social	215.381	(376)	-	215.005
Outras	2.419.601	(22)	-	2.419.579
NÃO CIRCULANTE	15.140.006	991	(3.359)	15.137.638
Realizável a Longo Prazo	5.659.868	(128)	(3.359)	5.656.381
Depósitos judiciais	430.817	(97)	-	430.720
Contas a receber vinculadas à concessão	3.236.474	(31)	-	3.236.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	465.536	-	(3.359)	462.177
Investimentos	549.158	6.038	-	555.196
Imobilizado	7.209.123	(6)	-	7.209.117
Intangível	1.721.857	(4.913)	-	1.716.944
TOTAL DO ATIVO	18.842.019	(1.505)	(3.359)	18.837.155



PASSIVO				Consolidado
	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
CIRCULANTE	2.058.821	(1.036)	-	2.057.785
Obrigações sociais e trabalhistas	224.095	(19)	-	224.076
Fornecedores	747.453	(19)	-	747.434
Outras obrigações fiscais	288.457	(864)	-	287.593
Outras	798.816	(134)	-	798.682
NÃO CIRCULANTE	4.713.670	(469)	(12.324)	4.700.877
Fornecedores	108.462	(466)	-	107.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	648.266	-	1.261	649.527
Benefícios pós-emprego	432.838	-	(13.585)	419.253
Provisões para litígios	1.000.823	(3)	-	1.000.820
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.069.528	-	8.965	12.078.493
TOTAL DO PASSIVO	18.842.019	(1.505)	(3.359)	18.837.155

3.3.2 Efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012

ATIVO				Consolidado
	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
CIRCULANTE	4.699.255	(17.563)	-	4.681.692
Caixa e equivalentes de caixa	1.483.137	(23.920)	-	1.459.217
Dividendos a receber	9.555	8.509	-	18.064
Imposto de renda e contribuição social	193.158	(1.614)	-	191.544
Outras	3.013.405	(538)	-	3.012.867
NÃO CIRCULANTE	16.512.299	2.986	33.481	16.548.766
Realizável a Longo Prazo	6.302.904	(39.068)	33.481	6.297.317
Contas a receber vinculadas à concessão	2.684.792	(38.966)	-	2.645.826
Depósitos judiciais	574.473	(102)	-	574.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	647.804	-	33.481	681.285
Investimentos	543.036	47.508	-	590.544
Imobilizado	7.871.849	(96)	-	7.871.753
Intangível	1.794.510	(5.358)	-	1.789.152
TOTAL DO ATIVO	21.211.554	(14.577)	33.481	21.230.458

PASSIVO				Consolidado
	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
CIRCULANTE	2.847.818	(14.374)	-	2.833.444
Fornecedores	1.136.359	(4.577)	-	1.131.782
Outras obrigações fiscais	290.896	(2.416)	-	288.480
Obrigações sociais e trabalhistas	384.150	(142)	-	384.008
Outras contas a pagar	97.042	(7.239)	-	89.803
NÃO CIRCULANTE	5.866.238	(203)	147.534	6.013.569
Fornecedores	100.996	(88)	-	100.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	615.924	(115)	(25.273)	590.536
Benefícios pós-emprego	502.423	-	172.807	675.230
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.497.498	-	(114.053)	12.383.445
TOTAL DO PASSIVO	21.211.554	(14.577)	33.481	21.230.458

3.3.3 Efeitos na demonstração de resultado de 31.03.2012

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		Consolidado	
	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.024.638	-	2.024.638
Custos Operacionais	(1.357.218)	-	(1.357.218)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	667.420	-	667.420
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(206.492)	39	(206.453)
Despesas com vendas	(24.894)	-	(24.894)
Despesas gerais e administrativas	(111.503)	343	(111.160)
Outras receitas (despesas), líquidas	(86.942)	182	(86.760)
Resultado da equivalência patrimonial	16.847	(486)	16.361
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	460.928	39	460.967
Resultado Financeiro	15.286	(10)	15.276
LUCRO OPERACIONAL	476.214	29	476.243
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(156.469)	(29)	(156.498)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	319.745	-	319.745

3.3.4 Efeitos na demonstração das mutações do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Consolidado	
	1º.01.2013	31.03.2012	1º.01.2012
Saldo original publicado	12.497.498	12.384.803	12.069.528
Ajuste de perda atuarial conforme o CPC 33 (R1)	(172.807)	13.585	13.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.754	(4.620)	(4.620)
Saldo reapresentado	12.383.445	12.393.768	12.078.493

3.3.5 Efeitos na demonstração do fluxo de caixa de 31.03.2012

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Consolidado	
	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	45.079	1.091	46.170
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(309.073)	(2.015)	(311.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	35.867	-	35.867

3.3.6 Efeitos na demonstração do valor adicionado de 31.03.2012

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				Consolidado
	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reclassificações (NE 2.5)	Reapresentado
Receitas				
Venda de energia, serviços e outras receitas	3.025.216	-	(31.457)	2.993.759
Receita de construção	105.194	-	178.888	284.082
Outras receitas	190	-	(71)	119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.413)	-	-	(15.413)
Total	3.115.187	-	147.360	3.262.547
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de construção	103.322	-	141.432	244.754
Outros insumos	1.097.724	(223)	-	1.097.501
Total	1.201.046	(223)	141.432	1.342.255
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	1.914.141	223	5.928	1.920.292
(-) Depreciação e amortização	141.327	(183)	-	141.144
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.772.814	406	5.928	1.779.148
(+) Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	128.306	(18)	-	128.288
Resultado de participações societárias	16.847	(486)	71	16.432
Outras receitas	-	-	31.457	31.457
Total	145.153	(504)	31.528	176.177
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.917.967	(98)	37.456	1.955.325

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				Consolidado
	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reclassificações (NE 2.5)	Reapresentado
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:				
Pessoal	220.671	(49)	19.550	240.172
Governo	1.258.264	(45)	4.262	1.262.481
Terceiros	119.287	(4)	13.644	132.927
Acionistas	319.745	-	-	319.745
	1.917.967	(98)	37.456	1.955.325

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

		Controladora	Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
				Reapresentado
Caixa e bancos conta movimento	2.523	1.972	66.943	94.484
Aplicações financeiras de liquidez imediata	9.725	27.492	1.139.153	1.364.733
	12.248	29.464	1.206.096	1.459.217

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram

remuneradas em média à taxa de 101,90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 31.03.2013 e 100,75%, em 31.12.2012.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível NE nº 35.2	Indexador	Consolidado	
			31.03.2013	31.12.2012
Títulos disponíveis para venda				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	48.580	39.845
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	49.781	175.792
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	87	86
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	2.086	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	183.362	162.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	146.945	167.917
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBF	2	CDI	13.895	13.661
Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa	2	CDI	9.158	9.004
			453.894	568.822
Títulos para negociação				
Cotas fundos de investimentos	2	CDI	48.997	24.742
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	16.939	16.373
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	2.144	3.147
Letras Financeiras	2	CDI	12.814	12.591
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	-	9.526
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Selic	37.104	48.216
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	2	CDI	62.756	61.475
Ações	1	Ibovespa	-	93
Debêntures	2	CDI	3.681	3.668
Notas Promissórias	2	CDI	-	3.127
Renda Fixa Term 3	1	Pré-Fixada	-	56
Derivativos	1	DI Futuro BMF	151	-
			184.586	183.014
Títulos mantidos até o vencimento				
Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa		CDI	12.386	12.180
			12.386	12.180
			650.866	764.016
			Circulante	500.997
			Não circulante	149.869
				128.515

Categoria	Nível	Indexador	Controladora	
			31.03.2013	31.12.2012
Títulos disponíveis para venda				
CDB	2	CDI	91	90
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	87	86
Circulante			178	176

A Copel possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do trimestre.

Entre os valores aplicados, estão os fundos exclusivos e garantias.

5.1 Fundos exclusivos

Fundos exclusivos	Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012
Fundos exclusivos da Copel Geração e Transmissão no Banco do Brasil	100.871	174.047
Fundos exclusivos da Copel Distribuição no Banco do Brasil	102.620	101.056
Fundos exclusivos da Copel Geração e Transmissão na Caixa Econômica Federal	-	91.807
Fundos exclusivos da Copel Distribuição na Caixa Econômica Federal	51.268	50.517
Fundos exclusivos da UEG Araucária no Banco do Brasil	79.274	78.021
Fundos exclusivos da UEG Araucária no BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	105.151	104.961
	439.184	600.409

5.2 Garantias

Garantias	Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012
Garantias para leilões da Aneel	-	21.427
Garantia para Liquidação Financeira da CCEE	151.561	72.998
Garantia de financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas - UHEs e Linhas de Transmissão - LTs	26.923	32.144
Garantia para atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	31.802	31.290
	210.286	157.859

6 Cauções e Depósitos Vinculados

	Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012
		Reapresentado
Caução STN (6.1)	42.617	43.246
Caução CCEAR	27.984	34.289
Outros	5.487	2.519
	76.088	80.054
Circulante	33.471	36.808
Não circulante	42.617	43.246

6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias, sob forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Discount Bond* e *Par Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE nº 21.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

7 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total Consolidado	
				31.03.2013	31.12.2012
Consumidores					
Residencial	133.873	89.075	29.122	252.070	295.603
Industrial	123.348	37.213	26.146	186.707	166.182
Comercial	101.139	37.956	14.601	153.696	176.668
Rural	20.679	9.124	7.129	36.932	40.499
Poder público	17.710	20.814	15.665	54.189	49.464
Iluminação pública	14.180	4.219	93	18.492	17.778
Serviço público	13.934	13.942	188	28.064	34.488
Receita não faturada	246.129	-	-	246.129	330.326
Parcelamento de débitos	56.108	7.912	30.630	94.650	94.425
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	11.255	-	-	11.255	4.694
Governo do Paraná - luz fraterna	39.704	3.820	20.538	64.062	60.259
Outros créditos	2.567	16.099	22.625	41.291	41.742
	780.626	240.174	166.737	1.187.537	1.312.128
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	85.474	5.685	14.468	105.627	177.983
Contratos bilaterais	65.465	-	119	65.584	30.317
CCEE (7.1)	393.570	-	119	393.689	2.173
Ressarcimento de geradores	-	-	1.288	1.288	1.288
	544.509	5.685	15.994	566.188	211.761
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	12.194	1.432	2.361	15.987	23.505
Rede básica e de conexão	9.746	234	4.066	14.046	28.017
	21.940	1.666	6.427	30.033	51.522
Telecomunicações	4.896	7.364	13.721	25.981	17.928
Distribuição de gás	32.605	1.072	1.243	34.920	34.767
PCLD (7.2)	-	-	(121.614)	(121.614)	(112.762)
	1.384.576	255.961	82.508	1.723.045	1.515.344
Circulante	1.365.966	255.961	82.508	1.704.435	1.489.173
Não circulante	18.610	-	-	18.610	26.171

7.1 Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Saldo decorrente de maior volume nas operações junto à CCEE devido a situação conjuntural favorável no mercado de curto prazo (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD elevado por conta da estiagem prolongada que afetou o nível de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas). A liquidação financeira desta operação ocorreu no 2º Trimestre de 2013.

7.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

Consolidado	Saldo	Adições / (reversões)	Reconhecimento de perdas	Saldo
	1º.01.2013			31.03.2013
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	39.229	6.179	(2.692)	42.716
Industrial	30.992	3.241	(640)	33.593
Comercial	24.012	2.377	(871)	25.518
Rural	5.526	1.086	(206)	6.406
Poder público	9.316	387	-	9.703
Iluminação pública	129	(43)	-	86
Serviço público	113	20	-	133
Concessionárias e permissionárias	224	-	(105)	119
Telecomunicações	3.221	119	-	3.340
	112.762	13.366	(4.514)	121.614

Consolidado	Saldo	Adições	Reconhecimento de perdas	Saldo
	1º.01.2012			31.03.2012
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	28.953	10.750	(2.404)	37.299
Industrial	25.163	1.916	(376)	26.703
Comercial	19.466	1.140	(593)	20.013
Rural	1.805	1.091	(157)	2.739
Poder público	2.359	87	-	2.446
Iluminação pública	79	10	-	89
Serviço público	41	29	-	70
Concessionárias e permissionárias	37.370	-	-	37.370
Telecomunicações	683	183	-	866
	115.919	15.206	(3.530)	127.595

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC, em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

8.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

		Consolidado
	31.03.2013	31.12.2012
2014	61.718	80.979
2015	87.067	86.365
2016	92.858	92.109
2017	99.033	98.234
2018	105.619	104.767
2019	112.643	111.735
2020	120.135	119.166
2021	128.124	127.091
2022	136.645	135.543
2023	145.733	144.557
2024	155.425	154.171
2025	54.073	53.637
	1.299.073	1.308.354

8.2 Mutação do CRC

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2013	75.930	1.308.354	1.384.284
Encargos	22.243	-	22.243
Variação monetária	53	10.585	10.638
Transferências	19.866	(19.866)	-
Amortizações	(40.770)	-	(40.770)
Em 31.03.2013	77.322	1.299.073	1.376.395

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2012	65.862	1.280.598	1.346.460
Encargos	21.646	-	21.646
Variação monetária	68	11.825	11.893
Transferências	17.230	(17.230)	-
Amortizações	(37.716)	-	(37.716)
Em 31.03.2012	67.090	1.275.193	1.342.283

9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

9.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante		Consolidado
		Ativo	Obrigações especiais	
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	5.319	4.557.785	(1.911.959)	2.651.145
Capitalizações do intangível em curso	-	75.295	(14.349)	60.946
Transferências do não circulante para o circulante	2.494	(2.494)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(3.654)	-	-	(3.654)
Transferências para imobilizado em serviço	-	737	-	737
Variação monetária	-	32.371	(15.528)	16.843
Remuneração	-	5.163	-	5.163
Receita de construção	-	(4.515)	-	(4.515)
Baixas	-	(14.847)	-	(14.847)
Em 31.03.2013	4.159	4.649.495	(1.941.836)	2.711.818

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante		Consolidado
		Ativo	Obrigações especiais	
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	80.626	4.828.754	(1.592.311)	3.317.069
Capitalizações do intangível em serviço	-	136.658	(45.688)	90.970
Capitalizações do intangível em curso	-	14.457	(603)	13.854
Transferências do não circulante para o circulante	62.525	(62.525)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(52.696)	-	-	(52.696)
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	-	(9.102)	-	(9.102)
Variação monetária	-	23.333	(8.913)	14.420
Remuneração	-	79.219	-	79.219
Receita de construção	-	10.587	-	10.587
Atualização do valor justo	-	26.713	(69.282)	(42.569)
Baixas	-	(1.630)	-	(1.630)
Em 31.03.2012 - Reapresentado	90.455	5.046.464	(1.716.797)	3.420.122

9.2 Compromissos relativos às concessões de transmissão

9.2.1 LT 500 kV Araraquara 2 – Taubaté

Linha de transmissão arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à LT 500 kV Araraquara 2 – Taubaté montam em R\$ 295.066, em 31.03.2013.

9.2.2 Subestação Cerquilho III 230 kV

Subestação em 230/138kV (300MVA) arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à Subestação Cerquilho III montam em R\$ 43.775, em 31.03.2013.

Em função do atraso na obtenção da licença de instalação, os prazos de entrada em operação da LT Araraquara 2 – Taubaté foram estendidos em 18 meses e da Subestação Cerquilho III, em 12 meses.



10 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão

10.1 Mutação das contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2013	356.085	717.805	1.073.890
Transferências do não circulante para o circulante	88.040	(88.040)	-
Amortizações	(124.013)	-	(124.013)
Variação monetária	19.866	-	19.866
Encargos	12.183	-	12.183
Em 31.03.2013	352.161	629.765	981.926

11 Outros Créditos

	Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012
		Reapresentado
Ativo circulante		
Repasse CDE (11.1)	212.563	-
Serviços em curso (11.2)	90.036	80.043
Adiantamento a fornecedores	40.580	29.163
Locação da planta da Usina Termelétrica de Araucária	36.777	11.894
Adiantamento a empregados	35.078	29.788
Parcerias em consórcios	25.540	25.540
Desativações em curso	18.850	10.514
Adiantamento para indenizações imobiliárias	9.964	8.740
Outros créditos	72.812	39.269
	542.200	234.951
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedores	12.520	12.279
Serviços em curso (11.2)	5.559	8.470
Outros créditos	1.978	1.979
	20.057	22.728

11.1 Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Decreto nº 7.945 de 07.03.2013

Devido aos altos custos de geração térmica acionado em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945, com o intuito de neutralizar este custo adicional enfrentados pelas distribuidoras.

O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE, para cobrir custos decorrentes: (i) da exposição no mercado de curto prazo, limitado ao montante não atendido pela alocação de quotas; (ii) do risco hidrológico das quotas; e (iii) do Encargo de Serviços do Sistema - ESS (despacho de usinas térmicas).

Os valores aportados pela CDE foram reconhecidos como ressarcimento de custos de energia (NE nº 31.1) e encargos de uso da rede (NE nº 31.2).

Em 31.03.2013, a Companhia possuía uma estimativa total de R\$ 212.563 de recursos a serem recebidos da CDE, dos quais, R\$ 75.963 foram recebidos na liquidação financeira de 08.04.2013, referente à competência janeiro de 2013.

Em 30.04.2013, foram homologados os montantes de R\$ 80.450 e R\$ 47.262, referentes ao ESS e custos de energia relativos às competências de fevereiro e março de 2013, que serão liquidados na 2ª quinzena de maio de 2013. A diferença de R\$ 8.888, entre o valor estimado pela Companhia e o repassado, será revertida no próximo trimestre.

11.2 Serviços em curso

Referem-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

12 Estoques

Consolidado		
	Operação / Manutenção	
	31.03.2013	31.12.2012
Copel Distribuição	93.667	84.995
Copel Geração e Transmissão	30.406	28.299
Copel Telecomunicações	10.264	10.645
Compagas	888	870
	135.225	124.809

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
				Reapresentado
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	117.302	156.718	237.257	468.791
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(1.215)	(59.768)	(272.227)
IR e CSLL a compensar com o IRRF sobre JSCf	-	(5.020)	-	(5.020)
	117.302	150.483	177.489	191.544
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar	-	-	14.155	19.995
	-	-	14.155	19.995
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	-	4.466	259.183	442.416
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	(1.215)	(59.768)	(272.227)
	-	3.251	199.415	170.189

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

13.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1�.01.2013 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.03.2013
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cáculo negativa	-	21.553	-	21.553
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	102.780	(7.816)	-	94.964
PCLD	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	18.085	64	-	18.149
Provisão Finan	4.795	-	-	4.795
Juros sobre o capital próprio	21.709	(21.709)	-	-
Outros	431	85	-	516
	149.278	(7.823)	-	141.455
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos da aplicação do CPC 38				
instrumentos financeiros	6.787	(324)	(253)	6.210
Exclusões temporárias				
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
	32.084	(324)	(253)	31.507
Líquido	117.194	(7.499)	253	109.948

Controladora	Saldo em 1�.01.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.03.2012 Reapresentado
Ativo não circulante				
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	100.819	1.289	-	102.108
PCLD	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	17.829	64	-	17.893
Provisão Finan	4.756	-	-	4.756
Juros sobre o capital próprio	16.666	-	-	16.666
Outros	91	(154)	-	(63)
	141.639	1.199	-	142.838
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos da aplicação do CPC 38				
instrumentos financeiros	7.962	(326)	405	8.041
Exclusões temporárias				
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
	33.259	(326)	405	33.338
Líquido	108.380	1.525	(405)	109.500

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.03.2013
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	23.009	-	25.495
Planos previdenciário e assistencial	178.312	3.911	-	182.223
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	87.299	(677)	-	86.622
Efeitos do CPC 33 benefícios a empregados	59.341	-	-	59.341
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	338.028	257	-	338.285
PSDV	53.986	(8.866)	-	45.120
Provisão para P&D e PEE	46.790	4.916	-	51.706
PCLD	41.452	2.945	-	44.397
Amortização do direito de concessão	36.429	64	-	36.493
Provisão para perdas de investimentos	355	-	-	355
Provisão para perdas tributárias	14.847	(181)	-	14.666
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922
Provisão Finam	4.795	-	-	4.795
Provisão para compra de energia	97.033	33.524	-	130.557
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	9.671	2.563	-	12.234
Juros sobre capital próprio	21.709	(21.709)	-	-
Outros	6.844	(2.053)	-	4.791
	1.006.299	37.703	-	1.044.002
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do CPC 27 custo atribuído	689.160	(12.270)	-	676.890
Efeitos do CPC 38 instrumentos financeiros	15.042	(1.958)	(1.644)	11.440
Efeitos do CPC 33 benefícios a empregados	587	-	-	587
Outras exclusões temporárias				
Capitalização encargos financeiros	5.357	-	-	5.357
Diferimento de ganho de capital	175.450	(16.979)	-	158.471
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Fornecimento de gás	3.581	(447)	-	3.134
Outros	1.076	-	-	1.076
	915.550	(31.654)	(1.644)	882.252
Líquido	90.749	69.357	1.644	161.750
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	681.285			705.820
(-) Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	590.536			544.070
Líquido	90.749			161.750

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 31.03.2012 Reapresentado
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	-	-	2.486
Planos previdenciário e assistencial	154.108	4.206	-	158.314
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do ICPC 01 - contratos de concessão	16.142	3.483	-	19.625
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	346.697	14.489	-	361.186
PSDV	-	(300)	-	(300)
Provisão para P&D e PEE	-	4.599	-	4.599
Provisão para créditos liquidação duvidosa	43.407	4.039	-	47.446
Amortização do direito de concessão	36.173	64	-	36.237
Provisão para perdas tributárias	-	(112)	-	(112)
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922
Provisão Finan	4.756	-	-	4.756
Provisão para compra de energia	99.567	(10.059)	-	89.508
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	17.182	4.434	-	21.616
Juros sobre capital próprio	16.666	-	-	16.666
Outros	1.074	22	-	1.096
	745.180	24.865	-	770.045
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do CPC 27 - custo atribuído	758.473	(8.178)	-	750.295
Efeitos do ICPC 01 - contratos de concessão	125.450	(3.016)	(3.095)	119.339
Efeitos do CPC 38 - instrumentos financeiros	7.962	(326)	793	8.429
Efeitos do CPC 33 - benefícios a empregados	4.620	-	-	4.620
Outras exclusões temporárias				
Capitalização encargos financeiros	5.356	-	-	5.356
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Fornecimento de gás	5.372	(447)	-	4.925
	932.530	(11.967)	(2.302)	918.261
Líquido	(187.350)	36.832	2.302	(148.216)

13.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2013	25.734	260.659
2014	3.245	(40.711)
2015	1.781	(28.336)
2016	120	26.677
2017	120	(1.420)
2018 a 2020	360	(41.195)
2021 a 2023	360	(92.278)
após 2023	78.228	78.354
	109.948	161.750

13.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

		Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	Reapresentado
Ativo circulante					
ICMS a recuperar	-	-	44.276	38.311	
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	66.792	54.190	
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(40.185)	(43.378)	
Outros tributos a compensar	11	11	423	367	
	11	11	71.306	49.490	
Ativo não circulante					
ICMS a recuperar	-	-	68.940	71.785	
PIS/Pasep e Cofins	-	-	48.393	48.393	
Outros tributos a compensar	-	-	11	11	
	-	-	117.344	120.189	
Passivo circulante					
ICMS a recolher	-	-	169.255	209.570	
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	22.054	52.030	82.066	
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(40.185)	(43.378)	
IRRF sobre JSCP	-	5.020	-	39.303	
Outros tributos	4	18	4.713	5.939	
	4	22.072	185.813	288.480	

13.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

		Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	Reapresentado
Lucro antes do IRPJ e CSLL	399.371	313.280	591.966	476.243	
IRPJ e CSLL (34%)	(135.786)	(106.515)	(201.268)	(161.923)	
Efeitos fiscais sobre:					
Equivalência patrimonial	128.235	107.360	6.667	5.563	
Dividendos	57	-	57	-	
Despesas indedutíveis	(5)	-	(1.320)	(2.684)	
Incentivos fiscais	-	-	2.919	1.445	
Outros	-	-	(365)	1.101	
IRPJ e CSLL correntes	-	(680)	(262.667)	(193.330)	
IRPJ e CSLL diferidos	(7.499)	1.525	69.357	36.832	
Alíquota efetiva - %	1,9%	-0,3%	32,7%	32,9%	

14 Depósitos Judiciais

		Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	Reapresentado
Fiscais	271.505	271.834	348.505	347.484	
Trabalhistas	-	-	97.652	90.479	
Cíveis					
Fornecedores	-	-	95.558	95.558	
Cíveis	-	-	26.300	26.796	
Servidões de passagem	-	-	7.981	7.157	
Consumidores	-	-	2.327	2.419	
	-	-	132.166	131.930	
Outros	-	24	4.480	4.478	
	271.505	271.858	582.803	574.371	

15 Créditos com Partes Relacionadas

		Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	Reapresentado
Coligadas e Controladas em Conjunto					
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio					
Dona Francisca Energética	78	78	78	78	
Dominó Holdings	17.986	17.986	17.986	17.986	
Matrinchã	-	-	20	-	
	18.064	18.064	18.084	18.064	
Controladas					
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio					
Copel Geração e Transmissão	635.489	635.489	-	-	
Copel Distribuição	253.863	371.863	-	-	
Copel Telecomunicações	7.982	7.982	-	-	
Compagás	2.514	2.514	-	-	
Elejor	2.752	2.752	-	-	
	902.600	1.020.600	-	-	
Financiamentos repassados - STN					
Copel Distribuição (15.1)	59.160	59.340	-	-	
	59.160	59.340	-	-	
Contratos de mútuo					
Copel Distribuição (15.2)	875.093	859.894	-	-	
Elejor (15.3)	233.736	232.654	-	-	
	1.108.829	1.092.548	-	-	
	2.088.653	2.190.552	18.084	18.064	
Ativo circulante - Dividendos a receber	920.664	1.038.664	18.084	18.064	
Ativo circulante - Créditos com controladas	875.093	-	-	-	
Ativo não circulante	292.896	1.151.888	-	-	

15.1 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias (NE nº 21.1).

15.2 Contrato de mútuo - Copel Distribuição

Em 09.02.2012, a Aneel aprovou novo contrato de mútuo firmado entre a Copel (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 800.000, com prazo definido de dois anos e juros de 109,41% da taxa DI. A destinação dos recursos foi a quitação das obrigações do contrato de mútuo firmado em 27.02.2007 e quitado em 23.02.2012.

15.3 Contrato de mútuo - Elejor

Em 07.04.2004, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Elejor (mutuária) com o objetivo de garantir a continuidade do projeto de construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, aprovado pelo Órgão Regulador, por meio do Despacho Aneel nº 2.876/06, e que passou a ser remunerado pela TJLP acrescido de 4,5% a.a.

Atendendo o deliberado na 36ª Assembleia Geral Extraordinária da Elejor, de 09.12.2010, após a total liquidação/devolução do Adiantamento para futuro aumento de capital - Afac, a Elejor iniciou a amortização do mútuo em outubro de 2011.

16 Investimentos

16.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Amortização do direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 31.03.2013
Controladas (16.2)							
Copel Geração e Transmissão	6.167.382	406.546	(1.963)	-	-	-	6.571.965
Copel Distribuição	3.535.388	(67.687)	(736)	-	-	-	3.466.965
Copel Telecomunicações	328.145	11.629	-	-	-	-	339.774
UEG Araucária	133.119	3.241	-	-	-	-	136.360
Compagás	113.375	2.855	-	-	-	-	116.230
Elejor	52.403	1.866	-	-	-	-	54.269
Elejor - direito de concessão	17.534	-	-	-	(188)	-	17.346
	10.347.346	358.450	(2.699)	-	(188)	-	10.702.909
Controladas em conjunto (16.3)							
Dominó Holdings	379.669	18.075	(21.555)	-	-	-	376.189
Cutia	5.247	(132)	-	330 ⁽¹⁾	-	-	5.445
Cutia - direito de concessão	5.809	-	-	-	-	-	5.809
	390.725	17.943	(21.555)	330	-	-	387.443
Coligadas (16.4)							
Sercomtel	10.567	(3.167)	-	-	-	-	7.400
Dona Francisca Energética	59.753	2.033	-	-	-	-	61.786
Foz do Chopim Energética	15.872	1.919	-	-	-	(1.967)	15.824
Carbocampel	1.413	(1)	-	-	-	-	1.412
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	180	(1)	-	-	-	-	179
Escoelectric	-	(15)	-	15 ⁽²⁾	-	-	-
	88.085	768	-	15	-	(1.967)	86.901
Outros investimentos (16.5)							
Finam (16.5.1)	1.323	-	(189)	-	-	-	1.134
Finor (16.5.1)	312	-	(45)	-	-	-	267
Investco S.A.	9.282	-	(216)	-	-	-	9.066
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	46.631	-	-	17.955 ⁽¹⁾	-	-	64.586
Outros investimentos	7.210	-	(296)	-	-	-	6.914
	64.758	-	(746)	17.955	-	-	81.967
	10.890.914	377.161	(25.000)	18.300	(188)	(1.967)	11.259.220

Controladora	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Amortização do direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 31.03.2012 Reapresentado
Controladas (16.2)							
Copel Geração e Transmissão	5.742.236	166.910	752	-	-	-	5.909.898
Copel Distribuição	3.671.986	114.673	(6.007)	-	-	-	3.780.652
Copel Telecomunicações	288.107	8.818	-	-	-	-	296.925
UEG Araucária	127.445	513	-	-	-	-	127.958
Compagás	105.305	2.814	-	-	-	-	108.119
Elejor	33.170	5.607	-	-	-	-	38.777
Elejor - direito de concessão	18.289	-	-	-	(188)	-	18.101
Centrais Eólicas do Paraná	1.225	13	-	-	-	(306)	932
	9.987.763	299.348	(5.255)	-	(188)	(306)	10.281.362
Controlada em conjunto (16.3)							
Dominó Holdings	345.953	14.276	-	-	-	-	360.229
Cutia	4.310	(98)	-	1.384 ⁽¹⁾	-	-	5.596
Cutia - direito de concessão	5.809	-	-	-	-	-	5.809
	356.072	14.178	-	1.384	-	-	371.634
Coligadas (16.4)							
Sercomtel Telecomunicações	70.341	(2.135)	-	-	-	-	68.206
Dona Francisca	53.061	1.913	-	-	-	-	54.974
Foz do Chopim	17.402	2.474	-	-	-	(2.146)	17.730
Carbocampel	1.307	(16)	-	143 ⁽²⁾	-	-	1.434
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	3	-	-	-	-	168
	142.576	2.239	-	143	-	(2.146)	142.812
Outros investimentos (16.5)							
Finam (16.5.1)	2.267	-	-	-	-	-	2.267
Finor (16.5.1)	613	-	-	-	-	-	613
Investco S.A.	8.345	-	-	-	-	-	8.345
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	38.945	-	-	6.728 ⁽¹⁾	-	-	45.673
Outros investimentos	6.496	-	1.190	-	-	-	7.686
	56.666	-	1.190	6.728	-	-	64.584
	10.543.077	315.765	(4.065)	8.255	(188)	(2.452)	10.860.392

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 31.03.2013
Controladas em conjunto (16.3)						
Dominó Holdings	379.669	18.075	(21.555)	-	-	376.189
Cutia	5.247	(132)	-	330 ⁽²⁾	-	5.445
Costa Oeste	1.049	412	-	2.785 ⁽²⁾	-	4.246
Marumbi	2.212	141	-	5.557 ⁽²⁾	-	7.910
Transmissora Sul Brasileira	9.577	147	-	9.665 ⁽²⁾	-	19.389
Caiuá	7.747	45	-	4.900 ⁽²⁾	-	12.692
Integração Maranhense	9.630	101	-	5.684 ⁽²⁾	-	15.415
Matrinchã	10.130	174	-	38.216 ⁽²⁾	(20)	48.500
Guaraciaba	6.963	(123)	-	4.680 ⁽²⁾	-	11.520
	432.224	18.840	(21.555)	71.817	(20)	501.306
Coligadas (16.4)						
Sercomtel Telecomunicações	10.567	(3.167)	-	-	-	7.400
Dona Francisca	59.753	2.033	-	-	-	61.786
Foz do Chopim	15.872	1.919	-	-	(1.967)	15.824
Carbocampel	1.413	(1)	-	-	-	1.412
Dois Saltos	300	-	-	-	-	300
Copel Amec	180	(1)	-	-	-	179
Escoelectric	-	(15)	-	15 ⁽²⁾	-	-
	88.085	768	-	15	(1.967)	86.901
Outros investimentos (16.5)						
Finam (16.5.1)	1.323	-	(189)	-	-	1.134
Finor (16.5.1)	312	-	(45)	-	-	267
Investco S.A.	9.282	-	(216)	-	-	9.066
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	46.631	-	-	17.955 ⁽¹⁾	-	64.586
Outros investimentos	8.397	-	(296)	2 ⁽¹⁾	-	8.103
	70.235	-	(746)	17.957	-	87.446
	590.544	19.608	(22.301)	89.789	(1.987)	675.653

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Dividendos e JSCP propostos	Outros	Saldo em 31.03.2012 Reapresentado
Controlada em conjunto (16.3)							
Dominó Holdings	345.953	14.276	-	-	-	-	360.229
Cutia	4.310	(98)	-	1.384 ⁽¹⁾	-	-	5.596
Costa Oeste	204	(56)	-	-	-	(21)	127
Marumbi	8	-	-	-	-	-	8
Transmissora Sul Brasileira	2	-	-	800 ⁽²⁾	-	-	802
	350.477	14.122	-	2.184	-	(21)	366.762
Coligadas (16.4)							
Sercomtel Telecomunicações	70.341	(2.135)	-	-	-	-	68.206
Dona Francisca	53.061	1.913	-	-	-	-	54.974
Foz do Chopim	17.402	2.474	-	-	(2.146)	-	17.730
Carbocampel	1.307	(16)	-	143 ⁽²⁾	-	-	1.434
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	3	-	-	-	-	168
	142.576	2.239	-	143	(2.146)	-	142.812
Outros investimentos (16.5)							
Finam (16.5.1)	2.267	-	-	-	-	-	2.267
Finor (16.5.1)	613	-	-	-	-	-	613
Investco S.A.	8.345	-	-	-	-	-	8.345
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	38.945	-	-	6.728 ⁽¹⁾	-	-	45.673
Outros investimentos	7.683	-	1.190	-	-	-	8.873
	62.143	-	1.190	6.728	-	-	70.061
	555.196	16.361	1.190	9.055	(2.146)	(21)	579.635

16.2 Controladas

Controladas	Atividade Principal	Participação %		
		Copel	Copel GET	Não controladores
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GET)	Geração e transmissão de energia elétrica	100,00	-	-
Copel Distribuição S.A.	Distribuição e comercialização de energia elétrica	100,00	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	Serviços de telecomunicações e de comunicações	100,00	-	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Distribuição de gás canalizado	51,00	-	49,00
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Geração de energia elétrica	70,00	-	30,00
UEG Araucária Ltda.	Geração de energia elétrica utilizando gás natural	20,00	60,00	20,00

A Administração efetuou os julgamentos exigidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, e concluiu que a Companhia possui todos os atributos necessários para determinar o controle das empresas Compagás, Elejor e UEG Araucária, ou seja, está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com as investidas e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre elas.

16.2.1 Demonstrações financeiras das controladas

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG
31.03.2013						
ATIVO TOTAL	9.738.821	8.863.999	446.365	299.233	753.640	687.837
ATIVO CIRCULANTE	1.528.537	2.757.293	80.703	91.500	39.844	241.742
Caixa e equivalentes de caixa	228.665	863.660	30.857	40.275	10.345	20.046
Títulos e valores mobiliários	129.251	177.188	-	-	9.922	184.458
Cauções e depósitos vinculados	4.317	27.989	-	1.165	-	-
Clientes	640.442	1.026.229	26.612	40.187	18.060	-
Dividendos a receber	20	-	-	-	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	77.322	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	4.159	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	352.161	-	-	-	-	-
Outros créditos	112.574	389.697	2.785	700	146	37.041
Estoques	30.406	93.667	10.264	888	-	-
Imposto de renda e contribuição social	10.198	41.246	6.909	645	1.147	42
Outros tributos correntes a recuperar	14.742	45.961	3.077	7.349	11	155
Despesas antecipadas	1.602	14.334	199	291	213	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.210.284	6.106.706	365.662	207.733	713.796	446.095
Realizável a Longo Prazo	1.070.474	4.759.687	21.885	16.984	27.047	14.404
Títulos e valores mobiliários	98.868	51.001	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	42.617	-	-	-	-
Clientes	-	18.610	-	3.950	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.299.073	-	-	-	-
Depósitos judiciais	26.824	282.819	1.034	302	70	249
Contas a receber vinculadas à concessão	261.455	2.446.204	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	629.765	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.520	-	-
Outros créditos	2.785	4.752	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	14.155
Outros tributos correntes a recuperar	50.777	58.515	8.052	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	556.096	12.799	-	26.977	-
Despesas antecipadas	-	-	-	212	-	-
Investimentos	530.217	4.012	-	-	-	-
Imobilizado	6.567.217	-	324.052	-	479.270	431.479
Intangível	42.376	1.343.007	19.725	190.749	207.479	212

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG
31.03.2013						
PASSIVO TOTAL	9.738.821	8.863.999	446.365	299.233	753.640	687.837
PASSIVO CIRCULANTE	1.336.457	2.874.670	48.392	65.003	67.380	6.040
Obrigações sociais e trabalhistas	94.200	206.855	22.195	4.883	205	97
Coligadas e controladora	-	868.289	-	-	-	-
Fornecedores	246.781	938.731	11.084	53.179	10.950	2.953
Imposto de renda e contribuição social	196.364	-	1.485	-	-	1.566
Outras obrigações fiscais	19.707	157.825	3.274	1.765	1.952	1.396
Empréstimos e financiamentos	71.235	167.809	960	-	-	-
Debêntures	-	31.482	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	635.489	253.863	7.982	4.929	3.931	-
Benefícios pós-emprego	6.819	18.107	877	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	24.292	16.091	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	14.373	138.910	-	-	1.617	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	893	-	-	-	47.593	-
Outras contas a pagar	26.304	76.708	535	247	1.132	28
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.830.399	2.522.364	58.199	6.326	608.733	-
Coligadas e controladora	-	-	-	-	233.736	-
Fornecedores	90.922	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	541.157	-	-	2.913	-	-
Empréstimos e financiamentos	423.301	612.907	37.205	-	-	-
Debêntures	-	998.070	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	212.430	451.149	19.834	2.807	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	47.672	72.255	-	-	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	28.058	-	-	-	374.405	-
Provisões para litígios	486.859	387.983	1.160	606	592	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.571.965	3.466.965	339.774	227.904	77.527	681.797
Capital social	3.505.994	2.624.841	240.398	135.943	35.503	707.440
Ajustes de avaliação patrimonial	1.265.158	(65.638)	1.139	-	2.088	-
Reserva legal	247.134	135.294	6.706	17.295	2.444	-
Reserva de retenção de lucros	1.123.315	840.155	79.902	62.983	34.827	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.084	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	430.364	(67.687)	11.629	5.599	2.665	(25.643)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG
31.03.2013						
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	868.331	1.399.537	45.219	93.941	49.978	33.414
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(303.222)	(1.551.005)	(28.109)	(85.829)	(26.263)	(15.129)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10.622	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO						
FINANCEIRO E TRIBUTOS	575.731	(151.468)	17.110	8.112	23.715	18.285
Resultado financeiro	33.588	50.945	485	986	(19.714)	2.994
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	609.319	(100.523)	17.595	9.098	4.001	21.279
Imposto de renda e contribuição social	(248.202)	-	(5.867)	(3.525)	-	(5.073)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.429	32.836	(99)	26	(1.336)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	406.546	(67.687)	11.629	5.599	2.665	16.206

16.2.2 Demonstração consolidada do resultado segregada por empresa

Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais são apresentados de forma agregada.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Holding	Eliminações	Consolidado
31.03.2013									
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	868.331	1.399.537	45.219	93.941	49.978	33.414	-	(110.010)	2.380.410
Fornecimento de energia elétrica	103.089	668.767	-	-	-	-	-	(661)	771.195
Suprimento de energia elétrica	726.726	24.453	-	-	49.978	-	-	(76.390)	724.767
Disponibilidade da rede elétrica	35.487	496.356	-	-	-	-	-	(18.843)	513.000
Receita de construção	(4.515)	176.082	-	9.624	-	-	-	-	181.191
Telecomunicações	-	-	43.537	-	-	-	-	(10.835)	32.702
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	79.221	-	-	-	-	79.221
Arrendamentos e aluguéis	228	18.184	1.619	-	-	33.414	-	(1.596)	51.849
Outras receitas operacionais	7.316	15.695	63	5.096	-	-	-	(1.685)	26.485
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(303.222)	(1.551.005)	(28.109)	(85.829)	(26.263)	(15.129)	17.645	109.961	(1.881.951)
Energia elétrica comprada para revenda	(29.905)	(877.740)	-	-	(10.634)	-	-	76.577	(841.702)
Encargos de uso da rede elétrica	(50.860)	(114.310)	-	-	(3.180)	(3.203)	-	19.476	(152.077)
Pessoal e administradores	(55.585)	(166.174)	(11.618)	(5.081)	(625)	(280)	(2.136)	-	(241.499)
Planos previdenciário e assistencial	(10.696)	(28.993)	(1.932)	(398)	-	-	(115)	-	(42.134)
Material	(3.096)	(14.013)	(380)	(319)	(50)	(22)	-	-	(17.880)
Matéria-prima e insumos na produção de energia elétrica	(3.279)	-	-	-	-	(982)	-	-	(4.261)
Gás natural e insumos na operação de gás	-	-	-	(62.311)	-	-	-	-	(62.311)
Serviços de terceiros	(20.883)	(72.156)	(4.229)	(3.771)	(2.817)	(2.136)	(586)	15.191	(91.387)
Depreciação e amortização	(70.793)	(50.078)	(7.299)	(3.493)	(6.674)	(8.314)	(190)	-	(146.841)
Provisões e reversões	(13.156)	(29.299)	(311)	242	-	-	22.988	-	(19.536)
Custo de Construção	(9.092)	(176.082)	-	(9.624)	-	-	-	-	(194.798)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(24.989)	-	-	-	(1.877)	-	-	-	(26.866)
Outros custos e despesas operacionais	(10.888)	(22.160)	(2.340)	(1.074)	(406)	(192)	(2.316)	(1.283)	(40.659)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10.622	-	-	-	-	-	377.161	(368.175)	19.608
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	575.731	(151.468)	17.110	8.112	23.715	18.285	394.806	(368.224)	518.067
Resultado financeiro	33.588	50.945	485	986	(19.714)	2.994	4.565	50	73.899
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	609.319	(100.523)	17.595	9.098	4.001	21.279	399.371	(368.174)	591.966
Imposto de renda e contribuição social	(248.202)	-	(5.867)	(3.525)	-	(5.073)	-	-	(262.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.429	32.836	(99)	26	(1.336)	-	(7.499)	-	69.357
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	406.546	(67.687)	11.629	5.599	2.665	16.206	391.872	(368.174)	398.656

16.3 Controladas em conjunto

Controladas em conjunto	Sede	Atividade Principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação %		Valor contábil da participação
				Copel	Copel GET	
Dominó Holdings S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	835.976	45,00	-	376.189
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	8.326	-	51,00	4.246
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	9.887	-	80,00	7.910
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	96.944	-	20,00	19.389
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.	São Paulo/SP	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	10.911	49,90	-	5.445
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	25.902	-	49,00	12.692
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	31.459	-	49,00	15.415
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	98.979	-	49,00	48.500
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	23.510	-	49,00	11.520
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	1	-	24,50	-

A Administração efetuou julgamentos exigidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, e concluiu que a Companhia controla estas empresas, com a cooperação dos demais investidores.

Os controles compartilhados são decorrentes de acordos entre os acionistas, independentemente do percentual de participação.

16.3.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto

31.03.2013	Dominó ⁽¹⁾	Costa Oeste ⁽²⁾	Marumbi ⁽²⁾	Sul Brasileira ⁽²⁾	Cutia ⁽²⁾	Caiuá ⁽²⁾	Integração Maranhense ⁽²⁾	Matrinchã ⁽²⁾	Guaraciaba ⁽²⁾	Paranaíba ⁽²⁾
ATIVO	878.406	9.697	10.916	138.886	11.370	30.436	51.889	99.562	23.942	1
Ativo circulante	35.989	2.401	8.545	25.951	551	1.185	2.789	34.246	9.384	1
Caixa e equivalentes de caixa	7.174	2.381	8.527	25.218	302	923	2.400	34.185	8.925	1
Outros ativos circulantes	28.815	20	18	733	249	262	389	61	459	-
Ativo não circulante	842.417	7.296	2.371	112.935	10.819	29.251	49.100	65.316	14.558	-
PASSIVO	878.406	9.697	10.916	138.886	11.370	30.436	51.889	99.562	23.942	1
Passivo circulante	42.430	1.201	945	41.584	30	2.665	16.756	583	432	-
Passivo não circulante	-	5.629	7.030	88.549	429	20.573	24.047	77.990	9.549	-
Passivos financeiros	-	-	-	-	429	-	-	-	-	-
Adto. para futuro aumento de capital	-	5.459	6.946	88.191	-	18.704	20.373	77.990	9.549	-
Outros passivos não circulantes	-	170	84	358	-	1.869	3.674	-	-	-
Patrimônio líquido	835.976	2.867	2.941	8.753	10.911	7.198	11.086	20.989	13.961	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
Receita operacional líquida	-	1.832	1.394	49.633	-	10.309	27.426	57.578	10.916	-
Depreciação e amortização	-	(1)	-	(1)	(1)	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais	2.471	(1.046)	(1.234)	(48.823)	(267)	(10.102)	(27.047)	(57.532)	(11.319)	-
Receita de juros	4.455	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados financeiros	124	23	68	284	2	17	26	310	152	-
Resultado equivalência patrimonial	35.563	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	(2.445)	1	(52)	(356)	-	(132)	(199)	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	40.168	809	176	737	(266)	92	206	356	(251)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	40.168	809	176	737	(266)	92	206	356	(251)	-

⁽¹⁾ Práticas ajustadas às do grupo

⁽²⁾ Fase pré-operacional

16.4 Coligadas

Coligadas	Sede	Atividade Principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação Copel %	Valor contábil da participação
Sercomtel S.A. Telecomunicações	Londrina/PR	Telecomunicações	16.444	45,00	7.400
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Energia elétrica	268.283	23,03	61.786
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	44.239	35,77	15.824
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	2.882	49,00	1.412
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	1.000	30,00	300
Copel Amec S/C Ltda.- em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	372	48,00	179
Escoelectric Ltda.	Curitiba/PR	Serviços	(573)	40,00	-

16.4.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das coligadas

31.03.2013	Sercomtel ⁽¹⁾	Foz do Chopim	Dona Francisca ⁽¹⁾	Dois Saltos ⁽²⁾	Copel Amec	Carbocampel	Escoelétric
ATIVO	184.746	47.462	309.946	1.579	372	3.565	1.856
Ativo circulante	27.576	6.410	125.943	151	372	116	1.343
Ativo não circulante	157.170	41.052	184.003	1.428	-	3.449	513
PASSIVO	184.746	47.462	309.946	1.579	372	3.565	1.856
Passivo circulante	51.499	3.223	28.910	-	-	683	842
Passivo não circulante	116.803	-	12.753	579	-	-	2.283
Patrimônio líquido	16.444	44.239	268.283	1.000	372	2.882	(1.269)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	31.811	9.344	25.345	-	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(39.308)	(3.674)	(13.038)	-	(1)	(2)	(67)
Resultado financeiro	258	35	978	-	(2)	-	-
Provisão para IR e CSLL	135	(339)	(1.182)	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(7.104)	5.366	12.103	-	(3)	(2)	(67)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(7.104)	5.366	12.103	-	(3)	(2)	(67)

⁽¹⁾ Práticas ajustadas às do grupo

⁽²⁾ Fase pré-operacional

16.5 Outros investimentos

16.5.1 Outros investimentos classificados como disponíveis para venda

	Quantidade de quotas	Preço médio do pregão da BMF&Bovespa em março/2013 (R\$ por mil ações)	Valor de mercado R\$ mil
			31.03.2013
Fundo de Investimento da Amazônia - Finam	18.891.053	0,06	1.134
Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor	1.114.618	0,24	267
			1.401

Empresa	Quantidade de ações	Tipo	Cotação em 28.03.2013 bolsa de valores R\$ por ação	Valor de mercado R\$ mil
Tractebel Energia S.A.	180.888	ON	34,74	6.284
Eletrosul - Centrais Elétricas S.A.	14.195	ON	-	-
Telefônica Brasil S.A.	7.859	ON	47,50	373
Telefônica Brasil S.A.	675	PN	53,95	36
TIM Participações S.A.	11.804	ON	8,92	105
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	1.643	PNA	39,00	64
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.464	PNA	0,74	6
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	1.057	PNB	0,48	1
Embratel Participações S.A.	2.476.773	ON	0,0120	30
Embratel Participações S.A.	301.949	PN	0,0120	4
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	377	ON	8,93	3
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	30	PN	5,48	-
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	14	ON	18,00	-
				6.906

16.5.2 Adiantamento para futuro investimento

Em novembro de 2011, foi assinado o contrato de compra e venda de 49,9% das ações representativas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., que detém o controle societário das empresas GE Olho D'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A., as quais são detentoras das outorgas das Centrais Geradoras Eólicas Olho D'Água, Boa Vista, Farol e São Bento do Norte, respectivamente. Considerando como condição para efetivação do contrato as aprovações pela Aneel, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, banco financiador dos recursos necessários ao investimento, construção e exploração dos empreendimentos de geração de energia eólica detidos pelas controladas.

Os recursos aportados, no total de R\$ 64.586, foram classificados como Adiantamento para Futuro Investimento. Caso as aprovações não sejam obtidas, fica a vendedora obrigada a restituir os recursos corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços de Mercado - IGPM. As aprovações pela Aneel e pelo Cade foram obtidas, aguardando-se a finalização do procedimento junto ao BNDES.

17 Imobilizado

17.1 Imobilizado por empresa

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
			31.03.2013			31.12.2012
						Reapresentado
Em serviço						
Copel Geração e Transmissão	12.362.736	(7.170.753)	5.191.983	11.491.186	(7.101.472)	4.389.714
Copel Telecomunicações	495.745	(298.007)	197.738	498.571	(294.255)	204.316
Elejor	591.771	(127.164)	464.607	591.738	(122.685)	469.053
UEG Araucária	666.758	(238.218)	428.540	666.750	(229.920)	436.830
	14.117.010	(7.834.142)	6.282.868	13.248.245	(7.748.332)	5.499.913
Em curso						
Copel Geração e Transmissão	1.375.249	-	1.375.249	2.245.507	-	2.245.507
Copel Telecomunicações	126.314	-	126.314	114.825	-	114.825
Elejor	14.663	-	14.663	11.386	-	11.386
UEG Araucária	2.939	-	2.939	137	-	137
	1.519.165	-	1.519.165	2.371.855	-	2.371.855
Obrigações especiais						
Copel Geração e Transmissão	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	15.636.160	(7.834.142)	7.802.018	15.620.085	(7.748.332)	7.871.753

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a tais serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto nº 2.003/96.

17.2 Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Consolidado
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	5.499.913	2.371.840	7.871.753
Programa de investimentos pagos	-	10.201	10.201
Programa de investimentos a pagar	-	10.601	10.601
Imobilizações de obras	873.369	(873.369)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	(737)	-	(737)
Quotas de depreciação no resultado	(88.989)	-	(88.989)
Quotas de depreciação - créditos de Pasep/Cofins	(233)	-	(233)
Baixas	(455)	(123)	(578)
Em 31.03.2013	6.282.868	1.519.150	7.802.018

Saldos	Imobilizado		Consolidado
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	5.745.134	1.463.983	7.209.117
Programa de investimentos pagos	-	216.804	216.804
Provisão para litígios	-	2.159	2.159
Imobilizações de obras	2.124	(2.124)	-
Quotas de depreciação no resultado	(84.957)	-	(84.957)
Quotas de depreciação - créditos de Pasep/Cofins	(426)	-	(426)
Baixas	(6)	(4)	(10)
Em 31.03.2012 - Reapresentado	5.661.869	1.680.818	7.342.687

17.3 Imobilizado por classe de ativo - em serviço e em curso

Consolidado		Depreciação	Imobilizado em		Depreciação	Imobilizado em
	Custo	acumulada	serviço, líquido	Custo	acumulada	serviço, líquido
			31.03.2013			31.12.2012
						Reapresentado
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.519.800	(4.378.681)	3.141.119	7.108.618	(4.341.971)	2.766.647
Máquinas e equipamentos	4.772.284	(2.446.425)	2.325.859	4.509.319	(2.406.775)	2.102.544
Edificações	1.494.592	(971.110)	523.482	1.379.133	(963.086)	416.047
Terrenos	261.746	-	261.746	183.024	-	183.024
Veículos	57.474	(29.943)	27.531	57.474	(28.580)	28.894
Móveis e utensílios	11.114	(7.983)	3.131	10.677	(7.920)	2.757
	14.117.010	(7.834.142)	6.282.868	13.248.245	(7.748.332)	5.499.913
Em curso	1.519.165	-	1.519.165	2.371.855	-	2.371.855
Obrigações especiais	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	15.636.160	(7.834.142)	7.802.018	15.620.085	(7.748.332)	7.871.753

17.4 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - UHE Mauá

O consórcio formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, que terá 363 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato.

Em 28.06.2012, foi realizado o fechamento das comportas das estruturas de desvio do rio, iniciando o enchimento do reservatório. As unidades geradoras 1, 2 e 3 do empreendimento entraram em operação comercial no segundo semestre de 2012 e as unidades geradoras 4 e 5 entraram em operação em janeiro de 2013.

17.5 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região Norte do Estado do Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da UHE Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro.

A energia da UHE Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 122,06, em 31.03.2013. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015, por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

A ordem de serviço que autoriza o início das obras de implantação foi assinada em 1º.03.2011.

Em março de 2013, permanecem em execução as escavações da margem esquerda da barragem e o aterro da margem direita. Em andamento, o concreto de 2º estágio do vertedouro e a montagem das comportas. Prosseguem as concretagens na casa de força e a montagem dos tubos de sucção e ponte rolante. Também, em andamento, as escavações para a escada de peixes.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso. Em 31.03.2013, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 1.126.817.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R\$ 412.341, em 31.03.2013.

17.6 PCH Cavernoso II

Em 26.08.2010, no Leilão nº 07/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão comercializou a energia da PCH Cavernoso II, empreendimento com 19 MW de potência instalada, localizado no rio Cavernoso, nos municípios de Virmond e Cândói, no Estado do Paraná. Em função dessa comercialização, obteve outorga de autorização para implantação e exploração do empreendimento, com prazo de 35 anos, a partir de 28.02.2011, data da publicação da Portaria nº 133/11, do MME.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força de 19 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 50 mil habitantes.

A energia da PCH Cavernoso II foi comercializada à tarifa final de R\$ 146,99/MWh, na database de 1º.08.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 173,44, em 31.03.2013. Foram negociados 7,73 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2013, por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida na Portaria nº 133, de 25.02.2011, do MME, é de 10,56 MW médios.

A Ordem de serviço que autoriza o início da mobilização e consequente início das obras de implantação foi assinada em 18.04.2011.

Os gastos realizados nesse empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso. Em 31.03.2013, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 111.187.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à PCH Cavernoso, montam em R\$ 3.136, em 31.03.2013.

17.7 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo a avaliação ambiental integrada da Bacia do rio Tapajós e estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada.

As usinas que atualmente estão em estudo são Jatobá, com 2.338 MW, e São Luiz do Tapajós, a maior delas, com 6.133 MW, ambas no rio Tapajós. Já no rio Jamanxim, serão objeto de estudos, futuramente, as usinas de Cachoeira do Caí (802 MW), Cachoeira dos Patos (528 MW) e Jamanxim (881 MW).

Os gastos realizados nesse empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso, na proporção de quota-parte. Em 31.03.2013, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 5.227.

18 Intangível

Consolidado	Direito de concessão e autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	31.03.2013
	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽²⁾		
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	12.905	(145)	15.158	(4.166)	43	23.795
Copel Distribuição	-	-	3.708.822	(3.166.899)	-	-	-	541.923
Copel Distribuição-obrig. especiais	-	-	(322.027)	222.788	-	-	-	(99.239)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	25.818	(7.426)	-	18.392
Compagás	-	-	218.119	(90.323)	4.411	(2.996)	-	129.211
Elejor	-	-	263.920	(62.727)	-	-	6.259	207.452
UEG Araucária	-	-	-	-	373	(161)	-	212
Direito de concessão - Elejor	22.626	(5.280)	-	-	-	-	-	17.346
Direito de autorização - Outia	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	(5.280)	3.881.739	(3.097.306)	45.760	(14.749)	6.302	844.901
Sem vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	39	39
	28.435	(5.280)	3.881.739	(3.097.306)	45.760	(14.749)	6.341	844.940
Em curso								
Copel Geração e Transmissão	-	-	15.734	-	1.452	-	1.377	18.563
Copel Distribuição	-	-	1.000.518	-	-	-	-	1.000.518
Copel Distribuição-obrig. especiais	-	-	(100.195)	-	-	-	-	(100.195)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	1.326	-	7	1.333
Compagás	-	-	61.517	-	-	-	-	61.517
Elejor	-	-	-	-	-	-	27	27
	-	-	977.574	-	2.778	-	1.411	981.763
								1.826.703

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização: 20%



Consolidado	Direito de concessão e autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	31.12.2012 Reapresentado
	custo	amortização	custo	amortização	custo	amortização		
		acumulada ⁽¹⁾		acumulada ⁽¹⁾		acumulada ⁽²⁾		
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	12.905	(36)	15.158	(3.511)	43	24.559
Copel Distribuição	-	-	3.713.620	(3.113.508)	-	-	-	600.112
Copel Distribuição-obrig. especiais	-	-	(320.627)	211.651	-	-	-	(108.976)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	25.819	(6.319)	-	19.500
Compagás	-	-	217.446	(86.920)	4.070	(2.906)	-	131.690
Elejor	-	-	263.920	(60.532)	-	-	5.927	209.315
UEG Araucária	-	-	-	-	360	(145)	-	215
Direito de concessão - Elejor	22.626	(5.092)	-	-	-	-	-	17.534
Direito de autorização - Cutia	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	(5.092)	3.887.264	(3.049.345)	45.407	(12.881)	5.970	899.758
Sem vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	39	39
	28.435	(5.092)	3.887.264	(3.049.345)	45.407	(12.881)	6.009	899.797
Em curso								
Copel Geração e Transmissão	-	-	15.101	-	991	-	4.312	20.404
Copel Distribuição	-	-	898.361	-	-	-	-	898.361
Copel Distribuição-obrig. especiais	-	-	(83.748)	-	-	-	-	(83.748)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	1.467	-	7	1.474
Compagás	-	-	52.837	-	-	-	-	52.837
Elejor	-	-	-	-	-	-	27	27
	-	-	882.551	-	2.458	-	4.346	889.355
								1.789.152

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização : 20%

Mutação do intangível

Saldos	em serviço	em curso	Contrato de concessão		Direito de concessão e autorização	Outros		Consolidado
			Obrigações especiais em serviço	Obrigações especiais em curso		em serviço	em curso	
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	946.895	966.299	(108.976)	(83.748)	23.343	38.535	6.804	1.789.152
Programa de investimentos	-	194.542	-	-	-	-	(656)	193.886
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(32.196)	-	-	-	(32.196)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	633	-	-	-	-	-	633
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.1)	-	(75.295)	-	14.349	-	-	-	(60.946)
Capitalizações para intangível em serviço	8.406	(8.406)	(1.400)	1.400	-	686	(686)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(66.310)	-	10.524	-	(188)	(1.877)	-	(57.851)
Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins	(3.523)	-	613	-	-	9	-	(2.901)
Baixas	(1.796)	(4)	-	-	-	(1)	(1.273)	(3.074)
Em 31.03.2013	883.672	1.077.769	(99.239)	(100.195)	23.155	37.352	4.189	1.826.703

Saldos	em serviço	em curso	Contrato de concessão		Direito de concessão e autorização	Outros		Consolidado
			Obrigações especiais em serviço	Obrigações especiais em curso		em serviço	em curso	
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	1.224.874	674.591	(200.444)	(40.457)	24.098	4.271	30.011	1.716.944
Programa de investimentos	-	147.239	-	-	-	-	1.229	148.468
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(2.054)	-	-	-	(2.054)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	2	-	-	-	-	-	2
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	(136.658)	(14.457)	45.688	603	-	-	-	(104.824)
Capitalizações para intangível em serviço	2.947	(2.947)	39	(39)	-	10	(10)	-
Quotas de amortização-concessão e autorização	(65.655)	-	9.941	-	(188)	(285)	-	(56.187)
Quotas de amortização-créditos Pasep/Cofins	(5.750)	-	3.003	-	-	-	-	(2.747)
Baixas	(328)	(24)	-	-	-	-	-	(352)
Em 31.03.2012 - Reapresentado	1.019.430	804.404	(141.773)	(41.947)	23.910	3.996	31.230	1.699.250

19 Obrigações Sociais e Trabalhistas

		Consolidado
	31.03.2013	31.12.2012
		Reapresentado
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	29.004	61.312
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	31.578	34.160
	60.582	95.472
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	5.620	3.015
Férias e 13º Salário	92.331	96.746
Participação nos lucros e/ou resultados	29.940	29.940
Participação nos lucros e/ou resultados do período	7.538	-
Desligamentos voluntários	132.706	158.781
Consignações a favor de terceiros	8	54
	268.143	288.536
	328.725	384.008

20 Fornecedores

		Consolidado
	31.03.2013	31.12.2012
		Reapresentado
Energia elétrica	660.832	517.982
Materiais e serviços	346.322	471.526
Encargos de uso da rede elétrica	143.477	82.195
Gás para revenda	51.198	43.681
Gás para usina termelétrica - repactuação Petrobras	104.342	117.306
	1.306.171	1.232.690
	Circulante	1.219.199
	Não circulante - NC	86.972
		1.131.782
		100.908

20.1 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	812,41	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	37,45	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	51,91	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	44,76	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	54,37	14.12.2006	104,74
8º Leilão - Produto 2010 Q5	2010 a 2014	0,01	30.11.2009	99,14
8º Leilão - Produto 2010 D5	2010 a 2014	0,01	30.11.2009	80,00
10º Leilão - Produto 2012 Q3	2012 a 2014	15,59	30.11.2011	79,99
		1.016,51		
Contrato de Cotas de Garantia Física				
CCGF		135,52		
		135,52		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,56	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,54	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	41,59	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	69,87	16.12.2005	115,04
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	65,01	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,44	26.07.2007	134,67
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,24	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,38	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	19,47	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	-	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	137,68	30.09.2008	145,23
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	0,01	27.08.2009	144,00
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,15	27.08.2009	144,60
		662,43		
Leilão de projetos estruturantes				
Santo Antonio	2012 a 2041	52,55	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	121,73	19.05.2008	71,37
		174,28		

21 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado				Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.03.2013 Total	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	2.697	1.247	3.944	3.311	55.216	56.029
Eletrobrás	6	-	6	6	5	5
	2.703	1.247	3.950	3.317	55.221	56.034
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	375.319	37.309	412.628	168.624	1.121.935	1.373.235
Eletrobrás (21.3)	53.007	1.320	54.327	54.204	166.750	178.841
Finep (21.4)	2.854	66	2.920	2.014	38.669	27.511
BNDES (21.5)	17.408	604	18.012	18.156	193.057	196.699
Banco do Brasil Repasse BNDES (21.6)	14.211	485	14.696	14.975	154.426	157.268
	462.799	39.784	502.583	257.973	1.674.837	1.933.554
	465.502	41.031	506.533	261.290	1.730.058	1.989.588

Controladora				Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.03.2013 Total	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	2.697	1.247	3.944	3.311	55.216	56.029
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	260.000	6.529	266.529	24.795	656.645	915.692
	262.697	7.776	270.473	28.106	711.861	971.721

21.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amorti- zação	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.03.2013	31.12.2012
Capitalization Bond	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	4.197	4.180
Par Bond	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	22.333	22.548
Discount Bond	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	32.630	32.612
						59.160	59.340
						Circulante	3.944
						Não circulante	55.216
							56.029

Data da emissão: 20.05.1998

Garantias:

Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas nos valores de R\$ 17.561 e R\$ 25.056 (R\$ 17.820 e R\$ 25.426 em 31.12.2012), respectivamente (NE nº 6).

Observação:

Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.

21.2 Banco do Brasil S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado		
						31.03.2013	31.12.2012	
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	242	298	
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	438.125	430.932	
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	173.022	170.142	
NC 330600129 (d)	31.01.2007	1	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	29.316	29.911	
NC 330600132 (e)	28.02.2007	1	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000	232.319	236.729	
NC 330600151 (f)	31.07.2007	1	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000	18.196	18.565	
NC 330600156 (g)	28.08.2007	1	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	14.430	14.705	
NC 330600157 (h)	31.08.2007	1	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	37.454	38.143	
NC 330600609 (i)	19.08.2011	3	21.07.2016	109,41% da taxa média do CDI	600.000	591.459	602.434	
						1.534.563	1.541.859	
						Circulante	412.628	168.624
						Não circulante	1.121.935	1.373.235

Empresas:

Copel Distribuição: (a) (b) (c)

Controladora: (d) (e) (f) (g) (h) (i)

Prestações anuais:

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R\$ 116.666, vencível em 25.08.2013 e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)

A primeira no valor de R\$ 200.000, vencível em 21.07.2014, e as demais em 21.07.2015 e 21.07.2016: (i)

Destinação:

Renegociação de dívida com a União: (a)

Capital de giro: (b) (c)

Exclusivo para quitação de empréstimos : (d) (e) (f) (g) (h) (i)

Garantias:

Receita própria: (a)

Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)

21.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.03.2013	31.12.2012
1293/94 (a)	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	110.921	119.038
980/95 (b)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	15	16
981/95 (c)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	425	441
982/95 (d)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	160	166
983/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	198	205
984/95 (f)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	85	87
985/95 (g)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	52	53
002/04 (h)	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	3.782	4.059
142/06 (i)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	20.419	21.333
206/07 (j)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	67.113	69.351
273/09 (k)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	16.249	16.525
2540/06 (l)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	1.658	1.771
						221.077	233.045
						Circulante	54.327
						Não circulante	166.750
							54.204
							178.841

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a)

Copel Distribuição: (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l)

Destinação:

Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão: (a)

Programa Nacional de Irrigação - Proni: (b) (c) (d) (e) (f) (g)

Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (h) (i) (j) (k)

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa /PR: (l)

Garantias:

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

Observação:

Final da carência em 30.12.2012 (k)

21.4 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.03.2013	31.12.2012
2070791-00 (a)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,37% acima da TJLP	5.078	2.008	2.295
2070790-00 (b)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,13% acima da TJLP	3.535	1.416	1.618
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	21.202	15.526
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	16.963	10.086
						41.589	29.525
						Circulante	2.920
						Não circulante	38.669
							2.014
							27.511

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b)

Copel Telecomunicações: (c)

Destinação:

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007: (a)

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007: (b)

Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB): (c)

Garantias:

Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação : (a) (b) (c)

Observações:

(c) Em substituição ao contrato 2100567-00, de 29.11.2010. Crédito de R\$ 52.198 a ser disponibilizado em 6 parcelas, dividido em Subcrédito A, no valor de R\$ 35.095, e Subcrédito B, no valor de R\$ 17.103. Em contrapartida a financiada se compromete a participar dos custos de elaboração com o valor mínimo de R\$ 8.324.

Foram liberadas 2 parcelas no exercício, a saber: subcrédito A, no montante de R\$ 15.645, e subcrédito B, no montante de R\$ 10.162.

O vencimento da 1ª parcela ocorrerá em 15.02.2014.

21.5 BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.03.2013	31.12.2012
820989.1 (a)	17.03.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	169.152	172.137
1120952.1-A (b)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	39.771	39.568
1120952.1-B (c)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	2.146	3.150
							211.069	214.855
						Circulante	18.012	18.156
						Não circulante	193.057	196.699

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b) (c)

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado: (a)

Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste: (b)

Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais: (c)

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças: (a)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão: (b) e (c)

21.6 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.03.2013	31.12.2012
21/02000-0	16.04.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	169.122	172.243
							169.122	172.243
							Circulante 14.696	14.975
							Não circulante 154.426	157.268

Empresa

Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.

21.7 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)			Consolidado			
			Composição dos empréstimos			
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	%	31.12.2012	%
Moeda estrangeira						
Dólar norte-americano	(1,45)	8,94	59.171	2,65	59.351	2,64
			59.171	2,65	59.351	2,64
Moeda nacional						
TJLP	1,21	5,75	380.203	17,00	387.111	17,20
IGP-M	0,84	7,81	230	0,01	284	0,01
Ufir	0,00	0,00	110.156	4,93	114.006	5,06
Finel	0,17	1,52	110.921	4,96	119.040	5,29
CDI	1,30	(36,52)	1.534.321	68,59	1.541.561	68,49
TR	0,00	0,29	24.626	1,10	13.998	0,62
Sem indexador	-	-	16.963	0,76	15.527	0,69
			2.177.420	97,35	2.191.527	97,36
			2.236.591	100,00	2.250.878	100,00
Circulante			506.533		261.290	
Não circulante			1.730.058		1.989.588	

21.8 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Consolidado	
			31.03.2013	31.12.2012
2014	1.354	473.361	474.715	730.115
2015	-	594.854	594.854	588.300
2016	-	258.640	258.640	258.572
2017	-	45.418	45.418	46.098
2018	-	44.509	44.509	44.180
2019	-	41.761	41.761	41.435
2020	-	37.804	37.804	37.760
2021	-	27.173	27.173	28.584
2022	-	27.168	27.168	28.580
2023	-	25.524	25.524	26.936
após 2023	53.867	98.625	152.492	159.028
	55.221	1.674.837	1.730.058	1.989.588

21.9 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2013	3.317	56.034	257.973	1.933.554	2.250.878
Ingressos	-	-	-	12.665	12.665
Encargos	674	-	30.027	8.252	38.953
Variação monetária e cambial	(41)	(813)	43	134	(677)
Transferências	-	-	279.768	(279.768)	-
Amortização - principal	-	-	(13.789)	-	(13.789)
Pagamento - juros e variação	-	-	(51.439)	-	(51.439)
Em 31.03.2013	3.950	55.221	502.583	1.674.837	2.236.591

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2012	4.490	53.955	111.997	2.004.030	2.174.472
Ingressos	-	-	-	44.723	44.723
Encargos	637	-	37.098	13.499	51.234
Variação monetária e cambial	(106)	(1.544)	43	316	(1.291)
Transferências	-	-	(3.868)	3.868	-
Amortização - principal	-	-	(8.856)	-	(8.856)
Pagamento - juros e variação	-	-	(68.061)	-	(68.061)
Em 31.03.2012	5.021	52.411	68.353	2.066.436	2.192.221

21.10 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como: alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência; especificamente para a Copel Geração e Transmissão, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.03.2013, todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

22 Debêntures

22.1 Debêntures - Copel Distribuição

Debêntures 1ª emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado	
			1ª parcela	2ª parcela			31.03.2013	31.12.2012
Série única	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.029.552	1.010.677
							1.029.552	1.010.677
							Circulante	31.482
							Não circulante	998.070
								12.719
								997.958

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 1.000.000.

Foram emitidos 100.000 títulos com valor unitário de R\$ 10.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extragrupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 0,99% a.a., pagos semestralmente em abril e outubro.

Destinação:

Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.

Garantias:

Fidejussória

Interveniente garantidora:

Companhia Paranaense de Energia - Copel

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

22.2 Mutação das debêntures

Consolidado	Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2013	12.719	997.958	1.010.677
Encargos	18.818	112	18.930
Amortização - juros e variação	(55)	-	(55)
Em 31.03.2013	31.482	998.070	1.029.552

22.3 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos Debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% para a Copel e 30% para a Copel Distribuição, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debentures.

Em 31.03.2013, todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

23 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

23.1 Plano de benefício previdenciário

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19(R1) e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

23.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas subsidiárias alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

23.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.03.2013	Consolidado
		31.12.2012 Reapresentado
Plano previdenciário (23.1)	461	989
Plano assistencial (23.2)	711.562	700.060
	712.023	701.049
Circulante	25.803	25.819
Não circulante	686.220	675.230

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Plano previdenciário (CD)	-	-	14.513	11.847
Plano previdenciário (CD) - administradores	92	118	111	128
Plano assistencial - pós-emprego	-	-	17.780	17.881
Plano assistencial	-	-	9.704	9.961
Plano assistencial - administradores	23	14	26	14
	115	132	42.134	39.831

Mutação de benefícios pós-emprego

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	25.819	675.230	701.049
Apropriação do cálculo atuarial	-	17.796	17.796
Contribuições previdenciárias e assistenciais	27.558	-	27.558
Transferências	6.806	(6.806)	-
Amortizações	(34.380)	-	(34.380)
Em 31.03.2013	25.803	686.220	712.023



Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	36.037	419.253	455.290
Apropriação do cálculo atuarial	-	17.783	17.783
Contribuições previdenciárias e assistenciais	24.989	-	24.989
Transferências	5.441	(5.441)	-
Amortizações	(44.652)	-	(44.652)
Em 31.03.2012 - Reapresentado	21.815	431.595	453.410

Conforme informado na NE nº 3.2 a companhia adotou retrospectivamente o CPC nº 33(R1). Os efeitos para fins de comparabilidade são apresentados na NE nº 3.3.

23.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 695/12

A Companhia, em atendimento à Deliberação CVM nº 695/12, opta pela elaboração do laudo atuarial anualmente.

As informações elaboradas em conformidade com o Relatório de Avaliação Atuarial estão contidas na NE nº 23 das demonstrações financeiras de 31.12.2012.

24 Encargos do Consumidor a Recolher

	Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012
Reserva global de reversão - RGR	33.806	15.581
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.577	23.719
Conta de consumo de combustível - CCC	-	17.198
	40.383	56.498

25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

25.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.03.2013	Saldo em 31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	3.104	-	3.104	3.424
MME	-	1.551	-	1.551	1.712
P&D	21.068	-	129.184	150.252	142.384
	21.068	4.655	129.184	154.907	147.520
Programa de eficiência energética - PEE					
	52.849	-	67.071	119.920	116.640
	73.917	4.655	196.255	274.827	264.160
			Circulante	154.900	159.599
			Não circulante	119.927	104.561

25.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	P&D			PEE	
				não		não	
	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	Consolidado
Em 1º.01.2013	3.424	1.712	40.323	102.061	114.140	2.500	264.160
Constituições	6.275	3.137	200	6.075	-	6.111	21.798
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	135	135
Juros Selic	-	-	23	1.992	-	1.053	3.068
Recolhimentos	(6.595)	(3.298)	-	-	-	-	(9.893)
Conclusões	-	-	(422)	-	(4.019)	-	(4.441)
Em 31.03.2013	3.104	1.551	40.124	110.128	110.121	9.799	274.827

	FNDCT	MME	P&D			PEE	
				não		não	
	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	Consolidado
Em 1º.01.2012	3.017	1.510	34.910	86.027	117.478	8.622	251.564
Constituições	3.600	1.800	260	4.676	-	6.753	19.002
Juros Selic	-	-	39	2.584	-	1.819	4.442
Transferências	1.276	637	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(4.721)	(2.361)	-	-	-	-	(7.082)
Conclusões	-	-	(440)	-	-	-	(440)
Em 31.03.2012	3.172	1.586	34.769	93.287	117.478	17.194	267.486

26 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela Utilização do Bem Público - UBP, incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão.

Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	Passivo circulante		Passivo não circulante	
				31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Copel Geração e Transmissão							
UHE Mauá (a)	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	893	884	12.324	12.083
UHE Colider (b)	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	-	-	15.734	15.101
Elejor							
Complexo Energético Fundão-Santa Clara (c)	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	47.593	47.593	374.405	371.896
				48.486	48.477	402.463	399.080

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto:

- (a) 5,65% a.a.
- (b) 7,74% a.a.
- (c) 11,00% a.a.

Pagamento à União:

- (a) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07.
- (b) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11.
- (c) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01.

Correção anual das parcelas

- (a) (b) Variação IPCA
- (c) Variação IGP-M

26.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Consolidado
Em 1�.01.2013	48.477	399.080	447.557
Outorga Aneel - uso do bem público	-	633	633
Transferências	12.127	(12.127)	-
Pagamentos	(12.118)	-	(12.118)
Variação monetária	-	14.877	14.877
Em 31.03.2013	48.486	402.463	450.949

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Consolidado
Em 1�.01.2012	44.656	370.442	415.098
Outorga Aneel - uso do bem público	-	2	2
Transferências	11.014	(11.014)	-
Pagamentos	(11.010)	-	(11.010)
Variação monetária	-	16.145	16.145
Em 31.03.2012	44.660	375.575	420.235

27 Outras Contas a Pagar

	Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012 Reapresentado
Taxa de iluminação pública arrecadada	22.310	17.852
Consumidores	18.116	15.661
Cauções em garantia	10.970	12.109
Compensac��o financeira pela utilização de recursos hídricos	17.478	11.786
Devolução ao consumidor	9.419	7.650
Parcerias em consórcios	2.744	2.063
Outras obrigações	24.656	22.682
	105.693	89.803

28 Contingências e Provisões para Litígios

28.1 Ações consideradas como de perda provável

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração mant m provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Mutações das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Custo de construção	Quitações	Saldo em 31.03.2013
Fiscais (28.1.1)						
Cofins (a)	243.131	-	-	-	-	243.131
Outras	51.445	374	(6.661)	-	-	45.158
	294.576	374	(6.661)	-	-	288.289
Trabalhistas	154.990	10.340	(45)	-	(568)	164.717
Benefícios a empregados	78.670	-	-	-	(5.606)	73.064
Cíveis (28.1.2)						
Fornecedores (a)	68.630	-	(786)	-	-	67.844
Cíveis e direito administrativo (b)	176.811	7.945	(16.524)	-	(212)	168.020
Servidões de passagem	5.964	783	-	-	(52)	6.695
Desapropriações e patrimoniais (c)	317.472	11.066	-	285	(17)	328.806
Consumidores	7.477	450	-	-	-	7.927
	576.354	20.244	(17.310)	285	(281)	579.292
Ambientais	193	11	-	-	-	204
Regulatórias (28.1.3)	50.925	16	-	-	-	50.941
	1.155.708	30.985	(24.016)	285	(6.455)	1.156.507

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012			Custo de	Adições no		Saldo em
	Reapresentado	Adições	Reversões	construção	imobilizado	Quitações	31.03.2012
					em curso		Reapresentado
Fiscais (28.1.1)							
Cofins (a)	234.563	432	-	-	-	-	234.995
Outras	47.371	18.408	(3.490)	-	-	-	62.289
	281.934	18.840	(3.490)	-	-	-	297.284
Trabalhistas	128.505	1.269	(1.629)	-	-	(4.355)	123.790
Benefícios a empregados	58.089	1.564	-	-	-	(1.459)	58.194
Cíveis (28.1.2)							
Fornecedores (a)	88.003	-	(605)	-	-	-	87.398
Cíveis e direito administrativo (b)	112.059	29.575	-	-	-	(3.370)	138.264
Servidões de passagem	4.839	549	-	-	-	(3)	5.385
Desapropriações e patrimoniais (c)	273.647	2.204	-	409	2.159	-	278.419
Consumidores	5.493	4.199	-	-	-	-	9.692
	484.041	36.527	(605)	409	2.159	(3.373)	519.158
Ambientais	104	21	-	-	-	-	125
Regulatórias (28.1.3)	48.147	166	-	-	-	-	48.313
	1.000.820	58.387	(5.724)	409	2.159	(9.187)	1.046.864

Controladora	Saldo em 1º.01.2013	Reversões	Saldo em 31.03.2013
Fiscais (28.1.1)			
Cofins (a)	243.131	-	243.131
Outras	29.803	(6.661)	23.142
	272.934	(6.661)	266.273
Cíveis	17.694	(16.327)	1.367
Regulatórias	11.667	-	11.667
	302.295	(22.988)	279.307

Controladora	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Saldo em 31.03.2012
Fiscais (28.1.1)				
Cofins (a)	234.563	432	-	234.995
Outras	40.042	-	(3.490)	36.552
	274.605	432	(3.490)	271.547
Cíveis	9.929	6.852	-	16.781
Regulatórias	10.821	-	-	10.821
	295.355	7.284	(3.490)	299.149

Detalhamento das principais ações

28.1.1 Fiscais

a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Processo nº 10980.004398/2010-09 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região, a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou a Intimação nº 9/2010, em 07.12.2010, expedida por agente fiscal da Receita Federal do Brasil de Curitiba, por meio da qual pretende exigir, da Copel, o pagamento de Cofins relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996.

Essa cobrança decorre do entendimento da Receita Federal do Brasil de que a Copel teria declarado por meio de DCTF e/ou DIPJ, em época própria, ser devedora da quantia de R\$ 40.678, a título de Cofins no período cobrado, e que o prazo prescricional do fisco para cobrança do referido crédito tributário teria ficado suspenso desde o trânsito em julgado do mandado de segurança nº 95.0011037-7, que reconheceu a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins, mas que foi rescindido por acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do processo n.º 2000.04.01.100266-9.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 48.814.

Por outro lado, sustenta a Companhia, em sua defesa, em síntese, que essas declarações não tiveram o efeito de confessar o débito objeto da cobrança, até porque o referido débito era objeto de questionamento judicial (Mandado de Segurança nº 95.0011037-7), tendo ainda o fisco decaído de seu direito de constituí-lo.

Para fins de suspender a exigibilidade desse crédito tributário foi impetrado Mandado de Segurança nº 5005264-27.2011.404.7000, perante a 1ª Vara Federal de Curitiba, cuja sentença foi desfavorável à Copel, reconhecendo a competência da Superintendência da Receita Federal para apreciar a impugnação da Companhia à Intimação Fiscal nº 09/2010, sem a necessidade de submeter-se ao trâmite comum das impugnações administrativas aos lançamentos tributários, as quais possuem efeito suspensivo e são regidas pelo duplo grau de jurisdição administrativa. Estrategicamente optou a Companhia por não recorrer de tal sentença, para levar a discussão judicial para o âmbito dos embargos à execução onde a cognição é mais ampla, inclusive com a possibilidade de produzir todos os meios de prova necessários.

Diante disso, e como a Intimação nº 09/2010, concernente ao principal do débito de Cofins de R\$ 40.678, relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996, foi julgada procedente pela SRF, o débito foi inscrito em dívida ativa sob nº 90 6 11 018367-09.

A União então propôs a execução fiscal do débito inscrito na Intimação nº 09/2010, autos nº 5015930-53.2010.404.7000, em trâmite na 2ª Vara Federal, no valor de R\$ 48.814. A Copel então realizou o depósito judicial da quantia exequenda e, em seguida, ajuizou os Embargos à Execução (autos nº 5022933-59.2012.404.7000) os quais foram recebidos em seu efeito suspensivo.

Os juros e a multa concernentes ao referido débito tributário são objeto do processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, os quais totalizam em 31.03.2013 o montante de R\$ 116.012 classificado pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Houve julgamento recente nesse processo (11453.720.001/2011-23), no qual a 2ª Turma da 1ª Câmara da Terceira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF deu provimento, por maioria, ao Recurso Administrativo da Copel para julgar improcedente o lançamento dos juros e da multa referente ao débito de Cofins do período de 1995/1996, objeto do processo 10980.004398/2010-09. Foi interposto recurso especial da Fazenda Nacional para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual está pendente de análise quanto a sua admissibilidade.

Processo nº 10980.720458/2011-15 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região, a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou o referido auto de infração, por meio do qual pretende exigir o pagamento de Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001, em razão da procedência da ação rescisória nº 2000.04.01.100266-9.

Entende a Receita Federal que o julgamento da Ação Rescisória teria suspenso o prazo decadencial para constituir o referido crédito tributário.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e a peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidos no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 194.317.

Contudo, a Companhia sustenta, em sua defesa, que a União Federal decaiu de seu direito de constituir o referido crédito tributário, tendo em vista a ausência da constituição tempestiva do crédito tributário, para prevenir a decadência.

Os juros e a multa concernentes ao referido débito tributário, totalizam em 31.03.2013 o montante de R\$ 553.559 classificado pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Em 27.11.2012, a 2ª Câmara da Terceira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, por maioria, deu provimento ao recurso administrativo da Copel para reconhecer a decadência do lançamento da Cofins. Desta decisão foi interposto Recurso de Embargos de Declaração pela Fazenda Nacional o qual foi rejeitado por unanimidade. Esse processo ainda está pendente de interposição de recurso especial pela Fazenda Nacional.

28.1.2 Cíveis

a) Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, após rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

Considerando que ambos os fornecedores já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia a referidos levantamentos. Além da discussão judicial em questão, houve, no final de 2011, a execução de saldo remanescente, no valor de R\$ 27.438, com consequente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que, corrigidas até 31.03.2013, apontam para a importância de R\$ 89.025. Deste valor, R\$ 21.181 estão contabilizados na conta Fornecedores.

Conforme decisão judicial proferida pelo juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública, foi determinado o pagamento do valor de R\$ 22.162 a título de saldo remanescente, com a consequente liberação a favor das exequentes os valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.371, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. Esta decisão ainda está *sub judice*, vez que é objeto de recurso pela Copel.

b) Cíveis e direito administrativo

Tradener Ltda.

Ações envolvendo a Tradener Ltda. onde consta que a mesma firmou com a Copel em 1º.12.1998 um contrato de comercialização de energia, no qual a autora se comprometeu a “comercializar”, nas melhores condições para a Copel, todo o excedente de compra e todo o excedente de energia assegurada, com os efetivos preços, quantidades e condições a serem estipulados em contratos de compra e venda de energia elétrica.

No referido contrato, em especial em sua cláusula 17ª, pelos serviços prestados faria jus a uma comissão/remuneração a ser calculada mediante fórmula descrita na referida cláusula e que tinha por fundamento a diferença entre o preço de referência da energia fixado pelo Comitê de Comercialização, e o preço da venda intermediada pela autora.

Visando a declaração de nulidade do referido contrato foram ajuizadas as seguintes ações:

- Ação Popular (autos nº 37879/0000 da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba);
- Ação Popular (autos nº 720/2001 da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba);
- Ação Civil Pública (autos nº 421/2003 da 02ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba);
- Ação Declaratória Anulatória (autos nº 1583/2005 da 01ª Vara da Fazenda de Curitiba); e
- Ação Declaratória Anulatória (autos nº 0000659-69.2006.8.16.0004 da 02ª Vara da Fazenda de Curitiba).

Nas ações acima não se discutiam valores, apenas a validade ou não do contrato de comercialização firmado entre a Tradener e a Copel e dos contratos de venda de energia em que a Tradener figurou como intermediadora. A possibilidade de anulação dos contratos é remota, tendo em vista decisões já proferidas em alguns dos processos acima.

Em face de uma liminar proferida nos autos nº 421/2003 da Ação Civil Pública, a execução do contrato estava suspensa, no entanto, recentemente houve a revogação da liminar.

Assim, a Tradener ajuizou as seguintes ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões:

- autos nº 0005990-22.2012.8.16.0004 – 01ª Vara da Fazenda de Curitiba – a ação foi proposta para cobrar as comissões devidas pela Copel à Tradener em razão da intermediação por esta dos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, foi considerado como provável apenas o valor principal de R\$ 38.482, pois a incidência da correção monetária no valor de R\$ 17.770 está sendo discutida, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e desta forma não incidiria a referida correção, sendo esta classificada como possível.

- autos nº 05550-26.2012.8.16.0004 – 04ª Vara da Fazenda de Curitiba – a ação foi proposta para cobrar as comissões devidas pela Copel à Tradener em razão da intermediação por esta dos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com as empresas Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, Companhia Luz e Força Santa Cruz, Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Opp Polietilenos S.A. e Enron Comercializadora de Energia Ltda. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, foi considerado como provável apenas o valor principal de R\$ 19.349, pois a incidência da correção monetária no valor de R\$ 14.727 está sendo discutida, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e dessa forma não incidiria a referida correção, sendo esta classificada como possível.

c) Desapropriações e patrimoniais

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de declaratória que tramitou perante a 1.ª Vara da Fazenda de Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí em receber créditos que teriam junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão a Ivaí propôs ação de cobrança, que tramitou perante a 4ª Vara da Fazenda de Curitiba, cuja decisão, atualmente contestada pela Copel determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.

No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 - PR, foi concedida liminar em favor da Copel para atribuir efeito suspensivo à execução provisória promovida pela Ivaí.

A tese recursal, atualmente em trâmite no STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

O processo aguarda desfecho do julgamento do Recurso Especial, de relatoria do Ministro Castro Meira, autuado sob nº 1.096.906, com a retomada da votação pelos Ministros Mauro Campbell Marques e Humberto Martins, após o voto desfavorável do Ministro Relator, publicado em meados de 2011 e que aguarda retorno do feito recursal ao Plenário após o pedido de vista do Ministro Herman Benjamin.

Diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a Administração da Companhia, procedeu a uma minuciosa revisão do processo ao final de 2011 e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R\$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R\$ 287.679, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência de juros nos cálculos periciais e mantendo a cobrança de selic e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, na data base de 31.03.2013, ou seja, R\$ 238.678.

Há que se considerar, ainda, que houve julgamento desfavorável no Agravo Regimental no Recurso Especial na Ação Rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, autuado sob nº 1.121.458, em que busca a Copel a desconstituição do débito, por ausência do direito de reclamar a diferença em decorrência da existência de transações administrativas, acórdão contra o qual a Companhia, em agosto de 2012, opôs recurso de embargos de declaração.

28.1.3 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 38.313, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

28.2 Ações consideradas como de perda possível

Consolidado	31.03.2013	31.12.2012
Fiscais (28.2.1)	1.270.682	1.227.536
Trabalhistas	260.939	257.382
Benefícios a empregados	41.390	41.390
Cíveis (28.2.2)	860.458	810.764
Regulatórias	20.101	19.200
	2.453.570	2.356.272

Detalhamento das principais ações

28.2.1 Fiscais

- Processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, decorrente ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, refere-se a juros e multa da Cofins do período de 95/96, sendo que, em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. O principal deste débito, porém, está classificado como provável e é objeto de discussão na execução fiscal nº 5015930-53.2010.404.7000 ajuizada pela União, em trâmite na 2ª Vara Federal, embargada pela Copel (autos de Embargos à Execução nº 5022933-59.2012.404.7000). Processo administrativo nº 10980720458/2011-15, também advindo da ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, no total de R\$ 669.571, em 31.03.2013. Informações adicionais sobre esta ação estão descritas no item 28.1.1, deste relatório;
- Exigências fiscais, conforme Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.273.870-7, no valor aproximado de R\$ 181.014 em 31.03.2013, de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, contra a Copel, referente à execução fiscal de contribuição previdenciária; e
- Exigências fiscais, conforme NFLD nº 35.273.876-6, no valor de R\$ 69.265 em 31.03.2013, de autoria do INSS, contra a Copel referente à execução fiscal, com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra.

28.2.2 Cíveis

- Causa cível referente à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., tendo como réu o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Compete a Copel Geração e Transmissão o percentual de 51% do total do risco da ação, que equivale a R\$ 235.057, atualizado em 31.03.2013. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e afirma que, com a concessão de Lavra obtida, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina. Atualmente o processo aguarda despacho saneador.

- Ação proposta pela empresa Ivaí Engenharia de Obras S.A., que consiste no pleito de compensação por suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação, o montante de R\$ 238.678, em 31.03.2013. Informações adicionais estão descritas no item 28.1.2-c, deste relatório.
- Ação proposta contra a Copel, a respeito de contrato de franquia, e pretende o reconhecimento de subconcessão, com a transferência dos serviços e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas, a sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba, no auto nº 5017789-75.2010.404.7000, atendeu parcialmente o pleito, declarou a nulidade do contrato de franquia e a realização de transferência de concessão de serviço público da Copel para o autor entre julho de 2001 a setembro de 2005, nos Municípios e localidades de Faxinal, Mauá da Serra, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Grandes Rios, Cruzmaltina, Nova Amoreira e São José (Município de Marilândia do Sul), com a consequente condenação da Copel ao pagamento das tarifas durante o período, com juros e correção monetária, bem como a devolução dos valores cobrados indevidamente a título de taxa de franquia, além das importâncias depositadas a título de fundo de propaganda, com juros e correção monetária. A Copel recorreu da sentença ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, cujo julgamento da apelação, em 25.07.2012, foi integralmente favorável à Companhia. O autor interpôs recurso especial e extraordinário, em processamento ainda no TRF4. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível o montante de R\$ 150.927, em 31.03.2013. O autor também promoveu uma Reclamação no STF sob nº 13.592, à qual foi negado seguimento pelo Ministro Marco Aurélio de Mello em agosto de 2012. O reclamante interpôs agravo regimental, em processamento no STF.

29 Patrimônio Líquido

29.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

29.1.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.03.2013 (e em 31.12.2012), monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
		%		%		%		%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA ⁽¹⁾	19.515.700	13,46	129.437	33,90	60.404.582	47,10	80.049.719	29,25
NYSE ⁽²⁾	105.419	0,07	-	-	40.438.406	31,53	40.543.825	14,82
Latibex ⁽³⁾	-	-	-	-	62.584	0,05	62.584	0,02
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,44	3.471	-	191.190	0,07
Outros	373.421	0,25	243.004	63,66	37.840	0,04	654.265	0,24
	145.031.080	100,00	381.767	100,00	128.242.528	100,00	273.655.375	100,00

⁽¹⁾ Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

⁽²⁾ Bolsa de Valores de Nova Iorque

⁽³⁾ Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 31.03.2013 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	3.624.261
Ações preferenciais classe "A"	381.767	14.942
Ações preferenciais classe "B"	128.242.528	3.975.568
	273.655.375	7.614.771

Nas Assembléias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes "A" e "B".

As ações preferenciais classe "A" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe "B" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe "B" são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A".

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

29.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado - custo atribuído, na data da adoção inicial das IFRS. A contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que ocorra a realização dos itens avaliados, seja pela depreciação ou eventual baixa.

A movimentação dessa conta inclui os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	1.235.949	1.235.949
Ajuste referente a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (*)	(2.699)	(4.090)
Tributos sobre perdas com ativos financeiros	-	1.391
Investimentos em participações societárias	(746)	(746)
Tributos sobre perdas com ativos financeiros	253	253
Ajustes atuariais		
Perdas com passivo atuarial - controladas em conjunto (**)	(21.555)	(21.555)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado (*)	(23.818)	(36.088)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	12.270
Em 31.03.2013	1.187.384	1.187.384

(*) Equivalência patrimonial na Controladora, líquida de tributos

(**) Ajuste líquido de tributos, tanto na Controladora quanto no Consolidado

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	1.466.046	1.466.046
Ajuste referente a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (*)	752	1.140
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	(388)
Contas a receber vinculadas à concessão (*)	(6.007)	(9.102)
Tributos sobre perdas com ativos financeiros	-	3.095
Investimentos em participações societárias	1.190	1.190
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(405)	(405)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado (*)	(26.644)	(40.369)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	13.725
Em 31.03.2012 - Reapresentado	1.434.932	1.434.932

(*) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos

29.1.3 Lucro por ação - básico e diluído

	Controladora	
	31.03.2013	31.03.2012
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	198.360	159.005
Ações preferenciais classe "A"	574	463
Ações preferenciais classe "B"	192.938	154.657
	391.872	314.125
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	381.778	384.143
Ações preferenciais classe "B"	128.242.517	128.240.152
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações ordinárias	1,3677	1,0964
Ações preferenciais classe "A"	1,5035	1,2053
Ações preferenciais classe "B"	1,5045	1,2060

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro básico por ação, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

29.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

	Compagas 49%	EeJor 30%	UEG Araucária 20%	Consolidado
Participação no capital social				
Em 1º.01.2013	108.930	22.459	133.117	264.506
Resultado do período	2.743	800	3.241	6.784
Em 31.03.2013	111.673	23.259	136.358	271.290

	Compagas 49%	EeJor 30%	UEG Araucária 20%	Consolidado
Participação no capital social				
Em 1º.01.2012	101.175	14.215	127.444	242.834
Resultado do período	2.704	2.403	513	5.620
Em 31.03.2012	103.879	16.618	127.957	248.454

30 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida
						31.03.2013
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	1.196.350	(105.641)	(309.659)	(9.855)	-	771.195
Suprimento de energia elétrica (30.2)	804.457	(57.254)	-	(22.436)	-	724.767
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	875.913	(83.498)	(232.891)	(46.524)	-	513.000
Receita de construção	181.191	-	-	-	-	181.191
Telecomunicações	43.257	(2.303)	(8.072)	-	(180)	32.702
Distribuição de gás canalizado	100.691	(9.252)	(12.218)	-	-	79.221
Outras receitas operacionais (30.4)	92.487	(13.807)	-	-	(346)	78.334
	3.294.346	(271.755)	(562.840)	(78.815)	(526)	2.380.410

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida
						31.03.2012
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	973.938	(90.237)	(255.497)	(20.022)	-	608.182
Suprimento de energia elétrica (30.2)	481.917	(44.241)	(196)	(16.449)	-	421.031
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	1.395.995	(127.579)	(344.909)	(174.429)	-	749.078
Receita de construção	105.194	-	-	-	-	105.194
Telecomunicações	39.194	(2.000)	(6.279)	-	(70)	30.845
Distribuição de gás canalizado	89.050	(8.184)	(11.033)	-	-	69.833
Outras receitas operacionais (30.4)	45.122	(4.376)	-	-	(271)	40.475
	3.130.410	(276.617)	(617.914)	(210.900)	(341)	2.024.638

30.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Residencial	373.496	316.102	243.479	197.391
Industrial	437.195	315.881	278.477	197.254
Comercial, serviços e outras atividades	257.019	227.785	155.779	142.242
Rural	51.833	46.906	44.083	29.291
Poder público	26.313	25.678	18.390	16.035
Iluminação pública	22.050	20.888	13.654	13.044
Serviço público	28.444	20.698	17.333	12.925
	1.196.350	973.938	771.195	608.182

30.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	31.03.2013	31.03.2012
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	196.517	341.413
Contratos bilaterais	204.174	63.421
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (NE nº 7.1)	403.766	77.083
	804.457	481.917

30.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado		Receita bruta		Receita líquida	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012	
Residencial	326.386	446.958	182.700	239.833	
Industrial	158.828	343.781	80.788	184.469	
Comercial, serviços e outras atividades	206.906	314.081	116.576	168.533	
Rural	48.935	66.203	39.361	35.524	
Poder público	23.991	36.241	15.530	19.447	
Iluminação pública	21.873	29.481	12.458	15.819	
Serviço público	16.263	29.212	9.021	15.675	
Consumidores livres	41.820	48.450	35.828	25.998	
Rede básica, de fronteira e de conexão	369	616	317	331	
Receita de operação e manutenção - O&M	22.665	12.294	14.292	6.597	
Receita de juros efetivos	7.877	68.678	6.129	36.852	
	875.913	1.395.995	513.000	749.078	

30.4 Outras receitas operacionais

Consolidado		Receita bruta	
	31.03.2013	31.03.2012	
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 34.2)	55.330	31.457	
Renda da prestação de serviços	13.451	9.938	
Serviço taxado	2.216	1.728	
Outras receitas	21.490	1.999	
	92.487	45.122	

30.5 Encargos do consumidor

Consolidado		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	
Conta de consumo de combustível - CCC	17.808	92.925	
Conta de desenvolvimento energético - CDE	20.984	70.402	
Quota para reserva global de reversão - RGR	18.225	24.581	
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	21.798	18.940	
Outros encargos	-	4.052	
	78.815	210.900	

31 Custos e Despesas Operacionais

Natureza dos custos e despesas	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Consolidado
31.03.2013					
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(841.702)	-	-	-	(841.702)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(152.077)	-	-	-	(152.077)
Pessoal e administradores (31.3)	(189.226)	(2.233)	(50.040)	-	(241.499)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(32.508)	(268)	(9.358)	-	(42.134)
Material	(15.969)	(119)	(1.792)	-	(17.880)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(4.261)	-	-	-	(4.261)
Gás natural e insumos para operação de gás	(62.311)	-	-	-	(62.311)
Serviços de terceiros (31.4)	(72.900)	(9.883)	(8.604)	-	(91.387)
Depreciação e amortização	(133.586)	(12)	(13.053)	(190)	(146.841)
Provisões e reversões (31.5)	-	(13.099)	-	(6.437)	(19.536)
Custo de construção (31.6)	(194.798)	-	-	-	(194.798)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	(7.243)	1.546	(20.510)	(41.318)	(67.525)
	(1.706.581)	(24.068)	(103.357)	(47.945)	(1.881.951)

Natureza dos custos e despesas	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Consolidado
31.03.2012 Reapresentado					
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(603.549)	-	-	-	(603.549)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(172.317)	-	-	-	(172.317)
Pessoal e administradores (31.3)	(174.402)	(1.793)	(50.991)	-	(227.186)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(31.415)	(217)	(8.199)	-	(39.831)
Material	(11.172)	(103)	(3.988)	-	(15.263)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(5.070)	-	-	-	(5.070)
Gás natural e insumos para operação de gás	(49.801)	-	-	-	(49.801)
Serviços de terceiros (31.4)	(71.737)	(8.236)	(14.539)	-	(94.512)
Depreciação e amortização	(132.875)	3	(8.084)	(188)	(141.144)
Provisões e reversões (31.5)	-	(15.412)	-	(52.333)	(67.745)
Custo de construção (31.6)	(103.322)	-	-	-	(103.322)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	(1.558)	864	(25.359)	(34.239)	(60.292)
	(1.357.218)	(24.894)	(111.160)	(86.760)	(1.580.032)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Controladora
31.03.2013			
Administradores (31.3)	(2.136)	-	(2.136)
Plano assistencial	(115)	-	(115)
Material	-	-	-
Serviços de terceiros	(586)	-	(586)
Depreciação e amortização	-	(190)	(190)
Provisões e reversões (31.5)	-	22.988	22.988
Outras receitas / despesas operacionais	(2.485)	169	(2.316)
	(5.322)	22.967	17.645

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Controladora
			31.03.2012
Administradores (31.3)	(1.799)	-	(1.799)
Plano assistencial	(132)	-	(132)
Material	(4)	-	(4)
Serviços de terceiros	(870)	-	(870)
Depreciação e amortização	-	(189)	(189)
Provisões e reversões (31.5)	-	(3.794)	(3.794)
Outras receitas / despesas operacionais	(1.543)	71	(1.472)
	(4.348)	(3.912)	(8.260)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	532.505	409.639
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	249.418	49.840
(-) Repasse CDE - CCEE (NE nº 11.1)	(93.605)	-
Itaipu Binacional	131.734	120.520
Contratos bilaterais	57.058	50.003
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	41.673	33.235
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(77.081)	(59.688)
	841.702	603.549

31.2 Encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012
Encargos dos serviços do sistema - ESS	174.248	2.385
(-) Repasse CDE - ESS (NE nº 11.1)	(118.958)	-
Encargos de uso do sistema - distribuição	54.960	134.386
Encargos de uso do sistema - rede básica e conexão	41.810	36.948
Encargos de transporte de Itaipu	12.402	10.744
Encargo de Energia de Reserva - EER	3.159	6.787
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(15.544)	(18.933)
	152.077	172.317

31.3 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012 Reapresentado
Pessoal				
Remunerações	-	-	157.791	133.602
Encargos sociais	-	-	53.376	53.315
Participação nos lucros e/ou resultados	-	-	7.971	13.390
Auxílio alimentação e educação	-	-	20.915	17.033
Provisão (reversão) para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	-	(1.706)	7.125
	-	-	238.347	224.465
Administradores				
Honorários	1.502	1.442	2.318	2.189
Encargos sociais	607	341	796	510
Outros gastos	27	16	38	22
	2.136	1.799	3.152	2.721
	2.136	1.799	241.499	227.186

31.4 Serviços de terceiros

	Consolidado
	31.03.2013 Reapresentado
Manutenção do sistema elétrico	22.058
Manutenção de instalações	17.358
Comunicação, processamento e transmissão de dados	12.448
Leitura e entrega de faturas	9.668
Agentes autorizados e credenciados	8.365
Consultoria e auditoria	4.740
Outros serviços	16.750
	91.387
	94.512

31.5 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	13.100	15.413
Provisão (reversão) para perdas de créditos tributários	-	-	(533)	(331)
Provisão (reversão) para litígios (NENº 28)				
Fiscais	(6.661)	(3.058)	(6.287)	15.350
Trabalhistas	-	-	10.295	(360)
Benefícios a empregados	-	-	-	1.564
Cíveis	(16.327)	6.852	2.934	35.922
Ambientais	-	-	11	21
Regulatórias	-	-	16	166
	(22.988)	3.794	6.969	52.663
	(22.988)	3.794	19.536	67.745

31.6 Custo de construção

	Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012
Material	92.946	52.345
Serviços de terceiros	74.206	30.710
Pessoal	18.716	14.987
Outros	8.930	5.280
	194.798	103.322

31.7 Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012
		Reapresentado
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	26.867	24.969
Tributos	7.283	6.160
Indenizações	6.800	12.782
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 34.1)	7.745	4.219
Taxa de fiscalização da Aneel	5.721	5.303
Outros custos de manutenção	3.340	2.874
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	1.096	2.028
Propaganda e publicidade	3.635	1.770
Perdas na desativação e alienação de bens	3.761	811
Recuperação de custos e despesas	(8.589)	(9.080)
Outros custos e despesas, líquidos	9.866	8.456
	67.525	60.292

32 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012 Reapresentado
Receitas financeiras				
Renda e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	-	-	32.881	33.539
Variação monetária e encargos sobre contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	-	-	32.049	-
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	26.433	35.077
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	228	491	20.550	23.960
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	16.843	14.420
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	2	4	11.921	11.176
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	-	207	398
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	20.753	26.894	-	-
Outras receitas financeiras	999	2.848	5.149	9.718
	21.982	30.237	146.033	128.288
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	17.404	23.981	48.118	35.530
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	14.877	16.145
Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	42.569
Juros sobre P&D e PEE	-	-	3.068	4.442
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	-	7	-	7
Variações monetárias e cambiais	3	3	1.922	10.562
Outras despesas financeiras	10	471	4.149	3.757
	17.417	24.462	72.134	113.012
	4.565	5.775	73.899	15.276

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o 1º trimestre de 2013 totalizaram R\$ 11.484, à taxa média de 2,79 % a.a.

33 Segmentos Operacionais

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, por meio das diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

No período findo em 31.03.2013, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no 1º trimestre de 2013.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis e contabiliza operações intersegmentos como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor e UEG Araucária;

Distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagás; e

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel.

33.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	Holding	Eliminações	Consolidado
31.03.2013							
ATIVO TOTAL	11.180.298	8.863.999	446.365	299.233	13.859.158	(13.210.307)	21.438.746
ATIVO CIRCULANTE	1.810.123	2.757.293	80.703	91.500	1.925.589	(1.818.820)	4.846.388
Caixa e equivalentes de caixa	259.056	863.660	30.857	40.275	12.248	-	1.206.096
Títulos e valores mobiliários	323.631	177.188	-	-	178	-	500.997
Cauções e depósitos vinculados	4.317	27.989	-	1.165	-	-	33.471
Clientes	658.502	1.026.229	26.612	40.187	-	(47.095)	1.704.435
Dividendos a receber	20	-	-	-	920.664	(902.600)	18.084
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	77.322	-	-	-	-	77.322
Contas a receber vinculadas à concessão	4.159	-	-	-	-	-	4.159
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	352.161	-	-	-	-	-	352.161
Outros créditos	149.761	389.697	2.785	700	93	(836)	542.200
Estoques	30.406	93.667	10.264	888	-	-	135.225
Imposto de renda e contribuição social	11.387	41.246	6.909	645	117.302	-	177.489
Outros tributos correntes a recuperar	14.908	45.961	3.077	7.349	11	-	71.306
Despesas antecipadas	1.815	14.334	199	291	-	6.804	23.443
Mútuos com controladas	-	-	-	-	875.093	(875.093)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.370.175	6.106.706	365.662	207.733	11.933.569	(11.391.487)	16.592.358
Realizável a Longo Prazo	1.111.925	4.759.687	21.885	16.984	674.349	(296.846)	6.287.984
Títulos e valores mobiliários	98.868	51.001	-	-	-	-	149.869
Cauções e depósitos vinculados	-	42.617	-	-	-	-	42.617
Clientes	-	18.610	-	3.950	-	(3.950)	18.610
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.299.073	-	-	-	-	1.299.073
Depósitos judiciais	27.143	282.819	1.034	302	271.505	-	582.803
Contas a receber vinculadas à concessão	261.455	2.446.204	-	-	-	-	2.707.659
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	629.765	-	-	-	-	-	629.765
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.520	-	-	12.520
Outros créditos	2.785	4.752	-	-	-	-	7.537
Imposto de renda e contribuição social	14.155	-	-	-	-	-	14.155
Outros tributos correntes a recuperar	50.777	58.515	8.052	-	-	-	117.344
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.977	556.096	12.799	-	109.948	-	705.820
Despesas antecipadas	-	-	-	212	-	-	212
Mútuos com controladas	-	-	-	-	292.896	(292.896)	-
Investimentos	530.217	4.012	-	-	11.259.220	(11.117.796)	675.653
Imobilizado	7.477.966	-	324.052	-	-	-	7.802.018
Intangível	250.067	1.343.007	19.725	190.749	-	23.155	1.826.703

33.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO 31.03.2013	GET	DIS	TEL	GÁS	Holding	Eliminações	Consolidado
PASSIVO TOTAL	11.180.298	8.863.999	446.365	299.233	13.859.158	(13.210.307)	21.438.746
PASSIVO CIRCULANTE	1.409.877	2.874.670	48.392	65.003	381.926	(1.822.763)	2.957.105
Obrigações sociais e trabalhistas	94.502	206.855	22.195	4.883	290	-	328.725
Coligadas e controladas	-	868.289	-	-	-	(868.289)	-
Fornecedores	260.684	938.731	11.084	53.179	3.341	(47.820)	1.219.199
Imposto de renda e contribuição social	197.930	-	1.485	-	-	-	199.415
Outras obrigações fiscais	23.055	157.825	3.274	1.765	4	(110)	185.813
Empréstimos e financiamentos	71.235	167.809	960	-	270.473	(3.944)	506.533
Debêntures	-	31.482	-	-	-	-	31.482
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	639.420	253.863	7.982	4.929	107.079	(902.600)	110.673
Benefícios pós-emprego	6.819	18.107	877	-	-	-	25.803
Encargos do consumidor a recolher	24.292	16.091	-	-	-	-	40.383
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	15.990	138.910	-	-	-	-	154.900
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	48.486	-	-	-	-	-	48.486
Outras contas a pagar	27.464	76.708	535	247	739	-	105.693
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.439.132	2.522.364	58.199	6.326	991.168	(292.902)	5.724.287
Coligadas e controladas	233.736	-	-	-	-	(233.736)	-
Fornecedores	90.922	-	-	-	-	(3.950)	86.972
Imposto de renda e contribuição social diferidos	541.157	-	-	2.913	-	-	544.070
Empréstimos e financiamentos	423.301	612.907	37.205	-	711.861	(55.216)	1.730.058
Debêntures	-	998.070	-	-	-	-	998.070
Benefícios pós-emprego	212.430	451.149	19.834	2.807	-	-	686.220
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	47.672	72.255	-	-	-	-	119.927
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	402.463	-	-	-	-	-	402.463
Provisões para litígios	487.451	387.983	1.160	606	279.307	-	1.156.507
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.331.289	3.466.965	339.774	227.904	12.486.064	(11.094.642)	12.757.354
Capital social	4.248.937	2.624.841	240.398	135.943	6.910.000	(7.250.119)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.267.246	(65.638)	1.139	-	1.187.384	(1.202.747)	1.187.384
Reserva legal	249.578	135.294	6.706	17.295	571.221	(408.873)	571.221
Reserva de retenção de lucros	1.158.142	840.155	79.902	62.115	3.337.295	(2.147.266)	3.330.343
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.952	-	-	6.952
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	64.474	-	64.474
Lucros (Prejuízos) acumulados	407.386	(67.687)	11.629	5.599	415.690	(356.927)	415.690
Atribuível aos acionistas não controladores						271.290	271.290



33.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.03.2013	GET	DIS	TEL	GÁS	Holding	Eliminações	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	951.723	1.399.537	45.219	93.941	-	(110.010)	2.380.410
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	103.089	668.106	-	-	-	-	771.195
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	661	-	-	-	(661)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	700.314	24.453	-	-	-	-	724.767
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	76.390	-	-	-	-	(76.390)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	20.422	492.578	-	-	-	-	513.000
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	15.065	3.778	-	-	-	(18.843)	-
Receita de construção	(4.515)	176.082	-	9.624	-	-	181.191
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	32.702	-	-	-	32.702
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	10.835	-	-	(10.835)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	79.221	-	-	79.221
Outras receitas operacionais para terceiros	39.274	33.551	413	5.096	-	-	78.334
Outras receitas operacionais entre segmentos	1.684	328	1.269	-	-	(3.281)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(344.614)	(1.551.005)	(28.109)	(85.829)	17.645	109.961	(1.881.951)
Energia elétrica comprada para revenda	(40.539)	(877.740)	-	-	-	76.577	(841.702)
Encargos de uso da rede elétrica	(57.243)	(114.310)	-	-	-	19.476	(152.077)
Pessoal e administradores	(56.490)	(166.174)	(11.618)	(5.081)	(2.136)	-	(241.499)
Planos previdenciário e assistencial	(10.696)	(28.993)	(1.932)	(398)	(115)	-	(42.134)
Material	(3.168)	(14.013)	(380)	(319)	-	-	(17.880)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(4.261)	-	-	-	-	-	(4.261)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(62.311)	-	-	(62.311)
Serviços de terceiros	(25.836)	(72.156)	(4.229)	(3.771)	(586)	15.191	(91.387)
Depreciação e amortização	(85.781)	(50.078)	(7.299)	(3.493)	(190)	-	(146.841)
Provisões e reversões	(13.156)	(29.299)	(311)	242	22.988	-	(19.536)
Custo de construção	(9.092)	(176.082)	-	(9.624)	-	-	(194.798)
Outros custos e despesas operacionais	(38.352)	(22.160)	(2.340)	(1.074)	(2.316)	(1.283)	(67.525)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10.622	-	-	-	377.161	(368.175)	19.608
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO							
FINANCEIRO E TRIBUTOS	617.731	(151.468)	17.110	8.112	394.806	(368.224)	518.067
Resultado financeiro	16.868	50.945	485	986	4.565	50	73.899
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	634.599	(100.523)	17.595	9.098	399.371	(368.174)	591.966
Imposto de renda e contribuição social	(253.275)	-	(5.867)	(3.525)	-	-	(262.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.093	32.836	(99)	26	(7.499)	-	69.357
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	425.417	(67.687)	11.629	5.599	391.872	(368.174)	398.656

34 Contratos de Arrendamento Operacional

34.1 A Companhia como arrendatária

	Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012
Custos e despesas de arrendamentos e aluguéis		Reapresentado
Imóveis (a)	6.805	4.163
Fotocopiadora	174	209
Outros	1.221	83
(-) Créditos de PIS e Cofins	(455)	(236)
	7.745	4.219

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2012, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

34.2 A Companhia como arrendadora

		Consolidado
	31.03.2013	31.03.2012
Receita de arrendamentos e aluguéis		
Equipamentos e estruturas	18.072	16.945
Usina termelétrica de Araucária	36.896	14.106
Imóveis	145	199
Compartilhamento de instalações	217	207
	55.330	31.457

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade do Grupo. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

35 Instrumentos Financeiros

35.1 Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	31.03.2013		31.12.2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Reapresentado Valor justo
Ativos Financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento (a)	4	66.943	66.943	94.484	94.484
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (a)	4	1.139.153	1.139.153	1.364.733	1.364.733
Títulos e valores mobiliários (b)	5	184.435	184.435	183.014	183.014
Títulos e valores mobiliários - derivativos (i)	5	151	151	-	-
		1.390.682	1.390.682	1.642.231	1.642.231
Empréstimos e recebíveis					
Caução STN (c)	6	42.617	36.755	43.246	42.627
Cauções e depósitos vinculados (a)	6	33.471	33.471	36.808	36.808
Clientes (a)	7	1.723.045	1.723.045	1.515.344	1.515.344
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8	1.376.395	1.563.935	1.384.284	1.633.076
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	265.614	265.614	267.883	267.883
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	10	821.709	848.454	913.673	960.436
		4.262.851	4.471.274	4.161.238	4.456.174
Disponível para venda					
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	2.446.204	2.446.204	2.383.262	2.383.262
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (g)	10	160.217	160.217	160.217	160.217
Títulos e valores mobiliários (b)	5	453.894	453.894	568.822	568.822
Outros investimentos (h)	16	17.381	17.381	18.127	18.127
		3.077.696	3.077.696	3.130.428	3.130.428
Mantidos até o vencimento					
Títulos e valores mobiliários (b)	5	12.386	12.386	12.180	12.180
		12.386	12.386	12.180	12.180
Total dos ativos financeiros		8.743.615	8.952.038	8.946.077	9.241.013
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Mantido para negociação					
Outras obrigações - derivativos (i)		14	14	40	40
		14	14	40	40
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (j)	21	2.236.591	2.189.225	2.250.878	2.233.244
Debêntures (k)	22	1.029.552	1.029.552	1.010.677	1.010.677
Contas a pagar vinculadas à concessão - UBP (l)	26	450.949	558.236	447.557	554.408
Fornecedores (m)	20	1.306.171	1.306.171	1.232.690	1.232.690
		5.023.263	5.083.184	4.941.802	5.031.019
Total dos passivos financeiros		5.023.277	5.083.198	4.941.842	5.031.059

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Quanto aos instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

- a) Ativos financeiros que têm valores justos, equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de realização.

- b) O valor justo dos Títulos e valores mobiliários foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) O valor justo da Caução - STN foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, da variação do CDI mais 0,99% a.a.
- d) Para o valor justo do Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, foi utilizada como premissa a comparação com um título do Tesouro Nacional, de longo prazo e pós-fixado (NTN-B), o qual é remunerado aproximadamente em 4,18 % a.a. mais IPCA.
- e) As Contas a receber vinculadas à concessão têm os critérios para apuração e mensuração e as premissas adotadas pela Administração para atualização do valor indenizável consistentes com os divulgados na NE nº 9, de 31.12.2012.
- f) As contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão, relativo aos ativos que entraram em operação após maio de 2000, tem o valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado descontado à taxa Selic, melhor taxa de curto prazo disponível para comparação na apuração do seu valor de mercado.
- g) As contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão, relativo aos ativos existentes em 31.05.2000, dadas as indefinições de valores, prazos de recebimento e taxas, a Administração optou por considerar o valor justo equivalente ao valor contábil.
- h) Os Outros investimentos têm valor justo de R\$ 17.381. O valor justo do investimento na Investco S.A., de R\$ 9.066, foi mensurado aplicando o percentual de participação sobre o seu patrimônio líquido. O valor justo dos investimentos em Finam e Finor, de R\$ 1.401, foi atualizado com base no preço médio negociado no pregão da BMF&Bovespa em março de 2013. Os investimentos em empresas com ações cotadas em bolsa de valores, tiveram seu valor justo de R\$ 6.906 mensurado com base no valor dessas ações em 28.03.2013. Os demais investimentos foram mantidos a custo histórico, em razão da impossibilidade de seus valores justos serem mensurados confiavelmente.
- i) O ativo financeiro derivativo compõe a conta de Títulos e valores mobiliários e o passivo financeiro derivativo refere-se a ajuste DI Futuro, que compõe a conta Outras obrigações. O ativo e o passivo financeiro derivativos têm seus valores justos calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros.
- j) Empréstimos e financiamentos têm valor justo considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, da variação do CDI mais 0,99% a.a.
- k) O valor justo das debêntures foi calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.03.2013, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Anbima, líquido do custo financeiro de R\$ 1.930.

- l) Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público têm valor justo considerando como premissa para o cálculo a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.
- m) Passivos financeiros que têm valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

35.2 Nível de classificação para apuração do valor justo

Os instrumentos financeiros foram classificados conforme os 3 níveis de hierarquia do valor justo.

Consolidado					31.03.2013				31.12.2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros												
Títulos e valores mobiliários	386.674	251.806	-	638.480	404.784	347.052	-	751.836				
Contas a receber vinculadas à concessão	-	-	2.446.204	2.446.204	-	-	2.383.262	2.383.262				
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	-	-	160.217	160.217	-	-	160.217	160.217				
Outros investimentos	17.381	-	-	17.381	18.127	-	-	18.127				
Passivos Financeiros												
Outras obrigações - derivativos	14	-	-	14	40	-	-	40				

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

35.3 Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Consolidado						Valor justo		Valor contábil líquido	
Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012	
LF Caixa	CDI	03.11.2011	07.11.2013	Custo amortizado	5.633	5.540	5.633	5.540	
LF Caixa	CDI	07.11.2011	08.11.2013	Custo amortizado	6.753	6.640	6.753	6.640	
Total					12.386	12.180	12.386	12.180	

35.4 Fatores de Risco

O Grupo mantém mecanismos que buscam a gestão de riscos nas áreas corporativas. Os riscos são classificados como críticos, altos, moderados, baixos ou mínimos, de acordo com sua exposição final, a qual leva em consideração os impactos financeiro, operacional e de imagem, além da frequência de ocorrência do risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às atividades da Companhia são identificados e dimensionados quanto aos possíveis impactos negativos, de alcance de seus objetivos estratégicos, de processos e de projetos.

35.4.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir:

Consolidado		Valor contábil	
	31.03.2013	31.12.2012	Reapresentado
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.206.096	1.459.217	
Títulos e valores mobiliários (a)	650.866	764.016	
Cauções e depósitos vinculados (a)	76.088	80.054	
Clientes (b)	1.723.045	1.515.344	
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.376.395	1.384.284	
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	2.711.818	2.651.145	
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (e)	981.926	1.073.890	
Total	8.726.234	8.927.950	

a) Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos contabilizados, considerando a política do Grupo em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Clientes

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná

A Administração considera o risco de crédito sobre a CRC reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos. O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

d) Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e transmissão de energia elétrica e a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão a ser realizado por meio da Receita Anual Permitida - RAP.

A Administração considera bastante reduzido o risco de crédito sobre tais ativos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.

e) Contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão

e.1) Para o valor de R\$ 821.709, relativo a indenização homologada para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, a Administração considera reduzido o risco de crédito uma vez que as regras de sua realização e remuneração já foram estabelecidos pelo Poder Concedente e vem sendo recebido dentro do cronograma previsto.

e.2) Para os ativos existentes em 31.05.2000 no valor de R\$ 160.217, apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado o regulamento sobre a forma de remuneração e o pagamento da indenização e que ajustes podem ocorrer nos investimentos realizados, quando da homologação pelo regulador e Poder Concedente, a avaliação da Administração considerou as regras regulatórias existentes na sua valorização em 31.03.2013.

35.4.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.03.2013
Caução STN	42.617	-	42.617
Empréstimos e financiamentos	-	(59.171)	(59.171)
Fornecedores			
Eletrobrás (Itaipu)	-	(105.202)	(105.202)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagás)	-	(51.198)	(51.198)
	42.617	(215.571)	(172.954)

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A variação cambial decorrente da compra de gás da Petrobras pela Compagás impacta diretamente no resultado da Companhia. A Compagás mantém negociação com seus consumidores, objetivando, na medida do possível, o repasse desses custos.

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.03.2013 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$ 2,00) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2013 do Relatório Focus do Bacen de 28.03.2013. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de moeda estrangeira	Risco	Base 31.03.2013	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN	Baixa do dólar	42.617	(292)	10.289	20.870
		42.617	(292)	10.289	20.870
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	59.160	(405)	14.283	28.971
Eletrobrás	Alta do dólar	11	-	3	6
		59.171	(405)	14.286	28.977
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	105.202	(721)	25.399	51.520
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	Alta do dólar	51.198	(351)	12.361	25.073
		156.400	(1.072)	37.760	76.593
Efeito esperado no resultado			1.185	(41.757)	(84.700)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.03.2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

35.4.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (35.4.9), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.03.2013
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	1.139.153	-	1.139.153
Títulos e valores mobiliários	650.866	-	650.866
Cauções e depósitos vinculados	33.471	-	33.471
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	1.376.395	-	1.376.395
Contas a receber vinculadas à concessão	2.711.818	-	2.711.818
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	981.926	-	981.926
Empréstimos e financiamentos	-	(2.177.420)	(2.177.420)
Debêntures		(1.029.552)	(1.029.552)
	6.893.629	(3.206.972)	3.686.657

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.03.2013 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (BM&F para LTN – 7,83%, CDI/Selic – 8,50%, IPCA – 5,71%, IGP-DI – 4,83%, IGP-M – 4,92% e TJLP – 5,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2013 do Relatório Focus do Bacen de 28.03.2013 e variação da taxa de referencia BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 01.01.2014. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.03.2013	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	1.139.153	68.066	51.139	34.224
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	650.866	38.892	29.219	19.555
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	33.471	2.000	1.502	1.006
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.376.395	54.713	38.229	21.744
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	2.711.818	109.656	76.579	43.502
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBN	Baixa IPCA	821.709	30.372	18.865	7.359
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	Indefinido ⁽¹⁾	160.217	-	-	-
		6.893.629	303.699	215.533	127.390
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	1.534.563	96.824	120.729	144.520
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	110.921	903	1.175	1.448
Eletrobrás - RGR	Sem Risco ⁽²⁾	110.156	-	-	-
Finep	Alta TJLP	41.589	1.550	1.935	2.318
BNDES - Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	211.069	7.867	9.819	11.765
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	169.122	6.303	7.867	9.427
Debêntures	Alta CDI	1.029.552	64.960	80.998	96.960
		3.206.972	178.407	222.523	266.438
Efeito esperado no resultado			125.292	(6.990)	(139.048)

⁽¹⁾ Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

⁽²⁾ Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.03.2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

35.4.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

Em 31.03.2013 todas as condições foram analisadas, indicando pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

35.4.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e de indenizações ambientais podem obrigar a Copel a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

35.4.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2012, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as condições de atendimento à carga são satisfatórias no horizonte 2013/2016, e considerando ainda que existem sobras de garantia física no SIN nesse período, foi realizada avaliação de sensibilidade com relação ao crescimento do mercado sob o aspecto estrutural, podendo-se concluir que a expansão prevista até 2016, mantidos os cronogramas programados neste PEN 2012, é capaz de suportar um crescimento médio anual da carga de até 6,1 % a.a., atingindo 77 GWmed em 2016, contra os 4,6% a.a. do Cenário de Referência, cerca de 72 GWmed no mesmo ano, o que significa que mesmo com uma antecipação de pouco mais de um ano no crescimento da carga, a partir de 2014, ainda seria possível manter as condições de atendimento ao mercado dentro do critério de garantia postulado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit não superior a 5%).

35.4.7 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, cuja expectativa da Administração de que as condições de prorrogação apresentadas pelo MME que representa o Poder Concedente, era de que fossem adequadas de forma a viabilizar a continuidade dos negócios dentro dos padrões exigidos pela Aneel.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação procedeu as análises possíveis. Frente a precariedade de informações disponibilizadas pelo Poder Concedente e de posse das avaliações obtidas, concluiu pela não viabilidade da renovação das concessões de geração de suas quatro usinas vincendas entre 2014 e 2015: Rio dos Patos, com 1,8 MW de capacidade instalada; Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, com 260,0 MW; Mourão, com 8,2 MW; e Chopim, com 1,8 MW. Essa decisão visa preservar os atuais níveis de rentabilidade da Empresa.

Para as concessões de Transmissão, foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento pela Aneel e sua autorização. A garantia de ressarcimento se dá conforme a REN 158 de 23.05.2008, não causando perdas financeiras ao concessionário.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação procedeu as análises e avaliações optando pela renovação por mais 30 anos, e desta forma, contribui com a redução nas tarifas e com a modicidade tarifária e preserva os atuais níveis de rentabilidade da empresa.

Conforme a Lei nº 12.783 de 11.01.2013, as concessões de distribuição poderão ser prorrogadas por mais 30 anos. A prorrogação é facultada ao concessionário e sua adesão depende da aceitação expressa das seguintes condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

O pedido de prorrogação da concessão de distribuição da Copel Distribuição foi encaminhado para Aneel em 31.05.2012 e ratificado nos termos da MP 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13. Para cumprimento das próximas etapas previstas, a Companhia seguirá o calendário de eventos definido pelo Poder Concedente.

Contratos de concessão com datas de vencimento

	Data de vencimento das concessões/autorizações
Concessões - Copel Geração e Transmissão	
Hidrelétricas	
Contrato de Concessão de Geração nº 045/1999	
Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Governador José Richa (Caxias)	04.05.2030
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (a) (b)	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucarantina	12.10.2025
Mourão (a) (b)	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi (c)	-
São Jorge	03.12.2024
Chopim I (a) (b)	07.07.2015
Rio dos Patos (a) (b)	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Melissa (d)	-
Salto do Vau (d)	-
Pitangui (d)	-
Contrato de Concessão de Geração nº 001/2007 - Mauá - 51% da Copel	02.07.2042
Contrato de Concessão de Geração nº 001/2011 - Colíder (e)	16.01.2046
Autorização - Cavernoso II (e)	27.02.2046
Termelétricas	
Contrato de Concessão de Geração nº 045/1999 - Figueira	26.03.2019
Autorização - UEG Araucária	22.12.2029
Eólica	
Autorização - Palmas	28.09.2029
Linhas de Transmissão e Subestações	
Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão (f)	05.12.2042
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté (e)	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilho III (e)	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama - 51% Copel GeT (e)	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 - 20% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaira - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste - 80% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíba - Ribeirãozinho - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osório C2 (e)	26.08.2042

- (a) Usina não renovada nos termos da MP nº 579/2012 - prerrogativa da Concessionária
(b) Haverá licitação do empreendimento ao término da concessão
(c) Em processo de homologação na Aneel
(d) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel
(e) Empreendimento em construção
(f) Concessão prorrogada nos termos da MP nº 579/2012

**Data de vencimento
das concessões/autorizações**

Concessão - Copel Distribuição	
Contrato nº 046/99 - Instalações de Distribuição (a)	07.07.2015
Concessão - Elejor	
Contrato nº 125/2001 - UHE Fundão e Santa Clara	24.10.2036
Autorização - Elejor	
PCH Fundão I e PCH Santa Clara I	18.12.2032
Concessão - Dona Francisca Energética	
Contrato nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	27.08.2033
Concessão - Compagas	06.07.2024

(a) Encaminhado em 31.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão, e em 11.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme MP nº 579/2012

Quanto à eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza sobre a forma de mensuração do valor a ser pago, quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.

35.4.8 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagás e UEG Araucária.

35.4.9 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

		Consolidado
Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2013	31.12.2012
Futuro DI Ajuste Diários - ativo	151	-
Futuro DI Ajuste Diários - passivo	(14)	(40)
Parcela circulante	137	(40)

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Durante o trimestre de 2013, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi um ganho de R\$ 1.987 (uma perda de R\$ 5.884 em 2012);
- Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.03.2013 correspondem a R\$ 179.461 (R\$ 192.900 em 31.12.2012);
- Em 31.03.2013, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 9.691 (R\$ 9.560 em 31.12.2012), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 31.03.2013 e, para o cenário provável, os saldos com a variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 1º.01.2014.

Risco de derivativos	Risco	Base 31.03.2013	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - ativos	Alta do DI	151	(746)	(3.357)	(5.979)
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(14)	42	(10)	(62)
		137	(704)	(3.367)	(6.041)
Efeito esperado no resultado			(841)	(3.504)	(6.178)

35.5 Gerenciamento de capital

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada:

a) pela Dívida líquida, definida como o total de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, líquidos de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários, de curto prazo; e

b) pelo Capital próprio, definido como o Patrimônio Líquido.

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012 Reapresentado
Empréstimos e financiamentos	982.334	999.827	2.236.591	2.250.878
Debêntures	-	-	1.029.552	1.010.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa	12.248	29.464	1.206.096	1.459.217
(-) Títulos e valores mobiliários	178	176	500.997	635.501
Dívida líquida	969.908	970.187	1.559.050	1.166.837
Patrimônio líquido	12.486.064	12.118.939	12.757.354	12.383.445
Endividamento do patrimônio líquido	0,08	0,08	0,12	0,09

35.6 Linhas de financiamentos

A Copel não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

35.7 Tabela de liquidez e juros

As tabelas abaixo demonstram valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo, as projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Ativo	Consolidado						
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.03.2013							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.206.096	-	-	-	-	1.206.096
Derivativos	DI Futuro	151	-	-	-	-	151
Cientes	0,72%	44.611	9.141	26.522	24.044	205	104.523
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	13.590	27.180	124.218	747.192	1.756.141	2.668.321
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	264.168	5.045	127.247	280.653	-	677.113
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	107.246	107.246
Contas a receber vinculadas à concessão	NE nº 9	13.198	26.803	123.088	3.131.664	1.640.726	4.935.479
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBNI	NE nº 10	37.188	71.673	313.722	505.243	-	927.826
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	NE nº 10	-	-	-	-	160.218	160.218
		1.579.002	139.842	714.797	4.688.796	3.664.536	10.786.973
31.12.2012							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.459.217	-	-	-	-	1.459.217
Cientes	0,82%	43.067	9.545	27.196	26.929	242	106.979
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	13.590	27.180	122.309	741.098	1.816.788	2.720.965
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	418.397	6.475	55.263	228.648	99.768	808.551
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	111.120	111.120
Contas a receber vinculadas à concessão	NE nº 9	16.894	33.813	155.717	3.124.323	2.606.367	5.937.114
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBNI	NE nº 10	44.775	76.713	317.723	608.838	-	1.048.049
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	NE nº 10	-	-	-	-	160.218	160.218
		1.995.940	153.726	678.208	4.729.836	4.794.503	12.352.213

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 20

Passivo		Consolidado					
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.03.2013							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	19.429	15.177	590.459	1.697.092	501.955	2.824.112
Debêntures	NE nº 22	36.322	-	44.217	1.329.865	-	1.410.404
Derivativos	DI Futuro	14	-	-	-	-	14
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.040	8.080	37.366	229.221	2.027.459	2.306.166
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	95.248	453.299	2.794.080	4.732.677	8.075.304
Petrobras - Compagás	100% do CDI	4.969	10.031	46.889	50.323	-	112.212
Outros fornecedores	-	704.294	135.044	802	35.797	-	875.937
Benefícios pós emprego	7,46%	28.945	57.891	260.509	1.523.133	9.097.947	10.968.425
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	525.854	2.281.510	8.796.668	48.388.638	59.992.670
		798.013	847.325	3.715.051	16.456.179	64.748.676	86.565.244
31.12.2012							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	17.022	50.158	289.708	1.977.774	515.760	2.850.422
Debêntures	NE nº 22	-	-	78.618	1.284.897	-	1.363.515
Derivativos	DI Futuro	40	-	-	-	-	40
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.040	8.080	36.858	225.955	2.043.351	2.318.284
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	92.864	417.886	2.677.260	4.777.443	7.965.453
Petrobras - Compagas	100% do CDI	4.892	9.874	45.969	65.690	-	126.425
Outros fornecedores	-	756.890	152.854	875	35.126	-	945.745
Benefícios pós emprego	7,30%	28.945	57.891	260.509	1.523.133	9.097.947	10.968.425
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	452.633	2.188.186	8.865.291	46.201.543	57.707.653
		811.829	824.354	3.318.609	16.655.126	62.636.044	84.245.962

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

35.8 Garantias

As principais garantias constituídas para manutenção dos negócios e investimentos estão aplicadas em títulos e valores mobiliários (NE nº 5.2) e em dinheiro (NE nº 6).

36 Transações com Partes Relacionadas

As principais transações entre a Controladora e suas coligadas e controladas estão demonstradas na NE nº 15 - Créditos com Partes Relacionadas e na NE nº 16 - Investimentos.

A Controladora concedeu, em 2002, avais a sua coligada Dona Francisca Energética S.A. para empréstimos tomados por esta com o BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário). Em 31.03.2013, os saldos devedores atualizados montavam a R\$ 13.700 e R\$ 8.103, respectivamente.

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.03.2013	31.12.2012 Reapresentado	31.03.2013	31.12.2012 Reapresentado	31.03.2013	31.03.2012 Reapresentado
Controlador						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (a)	-	-	79.539	79.539	-	-
Programa luz fraterna (b)	64.062	60.259	-	-	-	-
Empregados cedidos (c)	1.746	1.640	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.376.395	1.384.284	-	-	32.881	33.539
ICMS (NE nº 13.3)	113.216	110.096	169.255	209.570	-	-
Entidades com influência significativa						
BNDES e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 21.5)	-	-	211.069	214.855	(3.295)	(101)
Dividendos a pagar (d)	-	-	31.154	63.890	-	-
Petrobras (e)						
Aluguel da usina - UEG Araucária (NE nº 34.2.b)	36.777	11.894	-	-	36.896	14.106
Fornecimento e transporte de gás (f)	374	293	-	-	7.632	1.578
Aquisição de gás para revenda (f)	-	-	51.198	43.681	(62.221)	(49.777)
Adiantamento a fornecedores da Compagás (g)	12.520	12.666	-	-	-	-
Dividendos a pagar pela Compagás	-	-	1.208	1.208	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (h)	-	-	1.208	1.208	-	-
Paineira Participações S.A. (i)	-	-	1.179	1.179	-	-
Controladas em conjunto						
Dominó Holdings						
Dividendos a receber pela Copel	17.986	17.986	-	-	-	-
Matrinchã Transmissora de Energia						
Dividendos a receber pela Copel	20	-	-	-	-	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A.						
Compra de energia elétrica (j)	-	-	5.599	6.045	(16.442)	(16.443)
Dividendos a receber pela Copel	78	78	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (k)	135	135	-	-	405	390
Sercomtel S.A. Telecomunicações (l)	191	179	-	-	562	528
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.3)	-	-	-	-	(3.152)	(2.721)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	-	(137)	(142)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(2.761)	(2.569)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	712.023	701.049	-	-
Lactec (m)	21.497	18.742	1.027	303	(2.538)	(849)

- a) Ao Governo do Estado do Paraná, foi proposto a título de dividendos do exercício de 2012, o montante de R\$ 79.539.
- b) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.
- c) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.03.2013 foi constituída PCLD no valor de R\$ 1.720 (R\$ 1.466 em 31.12.2012).



- d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais). Do total dos dividendos propostos à BNDESPAR, referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$ 63.890, foi antecipado em janeiro de 2013 o valor de R\$ 32.736 (R\$ 27.826 líquidos de IRRF).
- e) A Petrobras detém 20% do capital social da UEG Araucária e 24,5% do capital social da Compagás.
- f) O fornecimento e transporte de gás canalizado e a aquisição de gás para revenda pela Compagás.
- g) O adiantamento a fornecedores da Compagás refere-se ao contrato de aquisição de gás relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagás possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Decorrente do plano de expansão da Compagás e das perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração da Compagás entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31.03.2013 será efetuada nos próximos exercícios.
- h) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagás. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Compagás.
- i) A Paineira Participações S.A. detém 30% do capital social da Elejor. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Elejor.
- j) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 31.03.2015.
- k) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.
- l) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 28.12.2013.
- m) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

37 Seguros (não revisado)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada na NE nº 37 das demonstrações financeiras de 31.12.2012.

38 Conta de Compensação da “Parcela A”

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 1.296, de 19.06.2012, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2012, reajuste médio de - 0,81% (negativo), sendo -0,11% (negativo) relativos ao reajuste das tarifas e -0,70% (negativo) relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de (R\$ 41.622), sendo composta por duas parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2011-2012, no valor de (R\$ 42.525), e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 903. Depois da retirada do ativo regulatório (CVA) concedido no ano anterior, o efeito desse reajuste foi uma redução média de 0,65% nas tarifas dos consumidores.

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas demonstrações financeiras os seguintes saldos:

Composição dos saldos da CVA

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
CVA recuperável reajuste tarifário 2012				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	7.090	14.181	-	-
CDE	2.928	5.856	-	-
Proinfa	2.783	5.565	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	678	1.356	-	-
	13.479	26.958	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2013				
CCC	5.724	1.626	1.908	1.626
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	51.404	22.047	17.135	22.047
ESS	50.812	35.860	16.937	35.860
CDE	-	3.261	-	3.261
Proinfa	5.664	1.037	1.888	1.037
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.988	1.297	663	1.297
	115.592	65.128	38.531	65.128
	129.071	92.086	38.531	65.128

Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
CVA compensável reajuste tarifário 2012				
CCC	182	363	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	8.936	17.871	-	-
ESS	9.491	18.982	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	4.839	9.679	-	-
	23.448	46.895	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2013				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	16.455	10.062	5.485	10.062
CDE	4.262	-	1.421	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	52.420	41.828	17.473	41.828
	73.137	51.890	24.379	51.890
	96.585	98.785	24.379	51.890

Mutação da CVA

	Saldo em 1º.01.2013	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo em 31.03.2013
Ativo						
CCC	3.252	4.288	-	92	-	7.632
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	58.275	23.696	(7.394)	1.052	-	75.629
ESS	71.720	(5.061)	-	1.090	-	67.749
CDE	12.378	(6.268)	(3.054)	(128)	-	2.928
Proinfa	7.639	5.370	(2.902)	228	-	10.335
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.950	17	(707)	69	-	3.329
	157.214	22.042	(14.057)	2.403	-	167.602
Circulante	92.086	6.557	(14.057)	1.860	42.625	129.071
Não Circulante - NC	65.128	15.485	-	543	(42.625)	38.531
Passivo						
CCC	363	-	(188)	7	-	182
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	37.995	1.550	(9.321)	652	-	30.876
ESS	18.982	-	(9.901)	410	-	9.491
CDE	-	5.933	-	(250)	-	5.683
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	93.335	(16.115)	(5.052)	2.564	-	74.732
	150.675	(8.632)	(24.462)	3.383	-	120.964
Circulante	98.785	(12.772)	(24.462)	2.497	32.537	96.585
Não Circulante - NC	51.890	4.140	-	886	(32.537)	24.379

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO PERÍODO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Linhas de Distribuição

Redes Compactas - A Copel vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de março de 2013, a extensão das redes compactas instaladas era de 4.335 km (3.396 km em março de 2012), representando um acréscimo de 939 km em 12 meses, variação de 27,7%.

Rede Secundária Isolada - A Copel também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores DEC e FEC, dificultar o roubo de energia, melhorar as condições do meio ambiente, reduzir as áreas de podas, aumentar a segurança, reduzir a queda de tensão ao longo da rede e aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de março de 2013, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 9.335 km (7.945 km em março de 2012), representando um incremento de 1.390 km nos últimos 12 meses, variação de 17,5%.

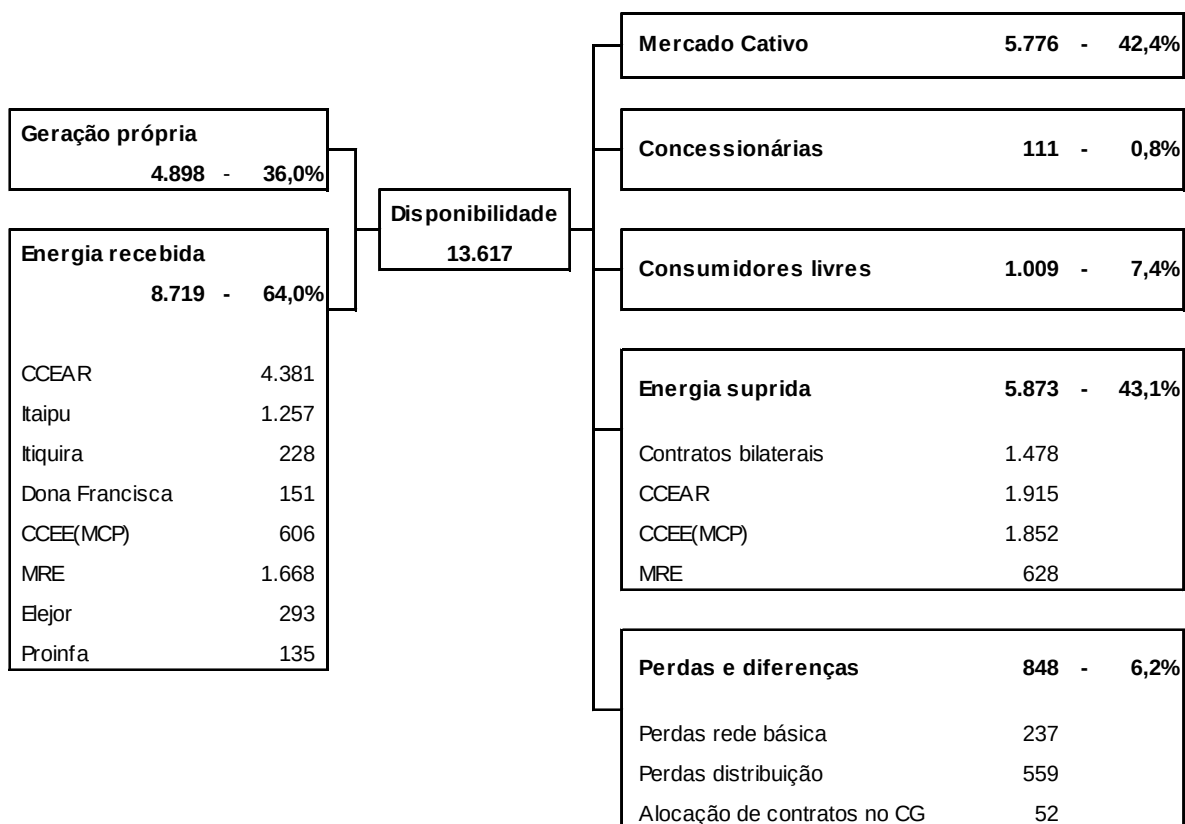
2 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel nos primeiros três meses de 2013 foi de 4.898 GWh (4.780 GWh no mesmo período de 2012). O montante de energia comprada da CCEAR (leilão) foi de 4.381 GWh (4.931 GWh no mesmo período de 2012) e de Itaipu foi de 1.257 GWh (1.295 GWh no mesmo período de 2012), conforme demonstrado no fluxo a seguir:



Fluxo de energia (GWh) ^(a) ^(b)

janeiro a março de 2013



(a) Estão incluídos os montantes de energia negociados entre as controladas da Copel.

(b) Valores sujeitos a alterações após fechamento pela CCEE.

CCEAR= Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

CCEE(MCP)= Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)

MRE= Mecanismo de Realocação de Energia

CG = Centro de gravidade do Submercado (diferença entre a energia contratada e a recebida no CG - estabelecido em Contrato).

Venda de energia (MWh) - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Copel, aberto entre Copel Distribuição e Copel Geração e Transmissão:

Classe	jan a mar 2013	jan a mar 2012	Em MWh Variação
Copel Distribuição			
Mercado cativo	5.775.592	5.911.878	-2,3%
Residencial	1.725.502	1.653.904	4,3%
Industrial	1.601.546	1.835.394	-12,7%
Comercial	1.324.463	1.324.097	0,0%
Rural	572.096	553.103	3,4%
Outras	551.985	545.380	1,2%
Concessionárias e permissionária	110.993	149.453	-25,7%
CCEE (MCP)	-	-	-
Total da Copel Distribuição	5.886.585	6.061.331	-2,9%
Copel Geração e Transmissão			
CCEAR (Copel Distribuição)	231.353	346.646	-33,3%
CCEAR (outras concessionárias)	1.683.588	3.512.016	-52,1%
Consumidores livres	1.009.477	318.793	216,7%
Contratos bilaterais	1.478.052	249.090	493,4%
CCEE(MCP)	1.851.354	-	-
Venda MRE	628.327	900.518	-30,2%
Total da Copel Geração e Transmissão	6.882.151	5.327.063	29,2%
Total	12.768.736	11.388.394	12,1%

Obs. Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia)

CCEE(MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de curto prazo)

CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

Mercado cativo da Copel Distribuição - O mercado cativo apresentou uma queda de 2,3% e foi responsável pelo consumo de 5.776 GWh entre janeiro e março.

A classe residencial consumiu 1.726 GWh, registrando crescimento de 4,3%, devido, basicamente, ao aumento de 3,4% no número de consumidores residenciais e a elevação de 0,9% no consumo médio em razão do aumento da renda e da manutenção do elevado nível de emprego no período. Ao final de março, esta classe era equivalente a 29,9% do mercado cativo da Copel, totalizando 3.223.968 consumidores residenciais.

A classe industrial apresentou uma redução de 12,7% no consumo, totalizando 1.602 GWh no 1º trimestre. Este resultado foi ocasionado, basicamente, (i) pela migração de grandes consumidores industriais para o mercado livre, (ii) pela queda na produção industrial em setores como o de edição e impressão, papel e celulose e refino de petróleo e produção de álcool e (iii) pelo menor número de dias úteis em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao final do período, a classe industrial representava 27,7% do mercado cativo da Copel e eram atendidos 88.533 consumidores industriais.

A classe comercial consumiu 1.324 GWh e manteve-se estável no período, visto que o aumento do consumo decorrente do crescimento de 2,7% no número de consumidores foi compensado pelo menor número de dias úteis em relação ao mesmo período do ano anterior. No final de março, esta classe representava 22,9% do mercado cativo da Copel e eram atendidos 330.281 consumidores.

A classe rural consumiu 572 GWh e cresceu 3,4%, em decorrência do bom desempenho apresentado pelo agronegócio paranaense no início de 2013. Ao final de março, esta classe representava 9,9% do mercado cativo da Copel e eram atendidos 372.888 consumidores rurais.

As outras classes (poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio) consumiram 552 GWh, aumento de 1,2%. Estas classes, em conjunto, eram equivalentes a 9,6% do mercado cativo da Copel, totalizando 54.569 consumidores no final do período.

Número de consumidores - O número de consumidores finais (cativos da Copel Distribuição e consumidores livres da Copel Geração e Transmissão) faturados em março de 2013 foi de 4.070.268, representando um crescimento de 3,0% sobre o mesmo mês de 2012.

Classe	Consumidores		
	mar 2013	mar 2012	Variação
Residencial	3.223.968	3.119.325	3,4%
Industrial	88.533	82.849	6,9%
Comercial	330.281	321.446	2,7%
Rural	372.888	377.079	-1,1%
Outras	54.569	52.008	4,9%
Total cativo	4.070.239	3.952.707	3,0%
Consumidores livres - Copel Geração e Transmissão	29	14	107,1%
Total geral	4.070.268	3.952.721	3,0%

3 Administração

Quadro de empregados - A Copel encerrou março de 2013 com um total de 9.436 empregados distribuídos entre as subsidiárias integrais da Companhia, e 156 empregados distribuídos entre as empresas controladas pela Copel, da seguinte forma:

	Empregados	
	mar 2013	mar 2012
Subsidiárias integrais		
Copel Geração e Transmissão	1.818	1.863
Copel Distribuição	7.163	7.025
Copel Telecomunicações	455	504
	9.436	9.392
Controladas		
Compagás	138	130
Elejor	8	6
UEG Araucária	10	10
	156	146

4 Relações com o Mercado

De janeiro a março de 2013, as ações ordinárias nominativas (ON - código CPLE3) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB - código CPLE6) da Copel estiveram presentes em 100% dos pregões da Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros (BM&FBOVESPA).

As ações em circulação totalizaram 45% do capital da Companhia e, ao final de março de 2013, o valor de mercado da Copel considerando as cotações de todos os mercados, ficou em R\$ 7.614.774.

Dos 69 papéis que compõem a carteira teórica do Ibovespa, as ações PNB da Copel, participam com 0,53% e com índice Beta de 0,41.

Na carteira do IEE (Índice Setorial de Energia Elétrica), a Copel participa com 6,43%.

No Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE), a Copel tem participação de 0,97%.

Na BM&FBOVESPA, as ações ON fecharam o período cotadas, a R\$ 24,99 e as ações PNB a R\$ 30,93, com variações negativas de 0,83% e 2,43% respectivamente. No mesmo período o Ibovespa teve variação negativa de 7,55%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações PNB são negociadas no “Nível 3” na forma de ADS's, sob o código ELP, as quais estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 15,47, com variação de 0,78%. Neste mesmo período o índice Dow Jones teve variação de 11,25%.

No Latibex (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB da Companhia são negociadas sob o código XCOP, as quais estiveram presentes em 97% dos pregões, fechando o período cotadas a € 11,90 com variação de 2,41%. No mesmo período o índice Latibex All Shares teve variação negativa de 1,16%.

A tabela a seguir sintetiza as negociações das ações da Copel nos três primeiros meses de 2013:

Negociação das ações - jan a mar 2013		ON		PNB	
	Total	Média diária	Total	Média diária	
Bovespa					
Negócios	1.629	28	124.611	2.112	
Quantidade	1.356.300	22.988	31.435.600	532.807	
Volume (R\$ mil)	33.518	568	961.345	16.294	
Presença nos pregões	59	100%	59	100%	
Nyse					
Quantidade	6.323	316	17.777.363	296.289	
Volume (US\$ mil)	77	4	274.489	4.575	
Presença nos pregões	20	33%	60	100%	
Latibex					
Quantidade	-	-	80.932	1.349	
Volume (€ mil)	-	-	934	16	
Presença nos pregões	-	-	60	97%	

5 Tarifas

Fornecimento de Energia

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu R\$ 205,68 /MWh em março de 2013, representando uma redução de 15,6% em relação a setembro do ano anterior.

As tarifas médias de fornecimento são apresentadas na tabela a seguir:

Tarifas médias de fornecimento ^(a)			R\$/MWh
	mar 2013	mar 2012	Varição
Residencial	242,54	299,49	-19,0%
Industrial ^(b)	191,08	211,24	-9,5%
Comercial	217,61	263,58	-17,4%
Rural	146,89	177,02	-17,0%
Outras	169,45	206,18	-17,8%
	205,68	243,60	-15,6%

(a) Sem ICM S

(b) Não inclui consumidores livres

Compra de Energia

As principais tarifas de compra de energia da Copel são apresentadas no quadro a seguir:

Tarifas de compra de energia			R\$/MWh
	mar 2013	mar 2012	Variação
Itaipu ⁽¹⁾	109,51	96,83	13,1%
Leilão/ Auction 2006 - 2013	99,16	92,97	6,7%
Leilão/ Auction 2007 - 2014	138,79	132,76	4,5%
Leilão/ Auction 2008 - 2015	117,19	111,75	4,9%
Leilão/ Auction 2010 - H30	157,90	150,39	5,0%
Leilão/ Auction 2010 - T15 ⁽²⁾	167,19	159,24	5,0%
Leilão/ Auction 2011 - H30	162,11	154,40	5,0%
Leilão/ Auction 2011 - T15 ⁽²⁾	184,34	175,58	5,0%
Leilão/ Auction 2012 - T15 ⁽²⁾	165,37	157,51	5,0%
Bilaterais	169,01	160,12	5,6%
ANGRA	133,11	-	-
CCGF ⁽³⁾	30,07	-	-
Santo Antonio	100,48	-	-
Jirau	71,37	-	-
Demais Leilões/Others Auctions ⁽⁴⁾	160,01	155,56	2,9%
Total	121,99	109,37	11,5%

⁽¹⁾ Transporte de Furnas não incluído.

⁽²⁾ Preço médio do leilão corrigido pelo IPCA. Na prática o preço é formado por 3 componentes: parcela fixa, parcela variável e despesa na CCEE.

⁽³⁾ Contrato de cotas de garantia física das UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

⁽⁴⁾ Preço médio ponderado dos produtos.

Suprimento de Energia

As principais tarifas de suprimento de energia da Copel são apresentadas no quadro a seguir:

Tarifas de suprimento de energia			R\$/MWh
	mar 2013	mar 2012	Variação
Leilão - CCEAR 2006-2013	98,42	93,27	5,5%
Leilão - CCEAR 2007-2014	109,93	104,37	5,3%
Leilão - CCEAR 2008-2015	116,50	110,66	5,3%
Leilão - CCEAR 2009-2016	133,03	126,40	5,2%
Leilão - CCEAR 2011-2040	151,81	-	-
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	135,25	132,46	2,1%

6 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 30)

Até março de 2013, a Receita operacional líquida atingiu R\$ 2.380.410, montante 17,6% superior aos R\$ 2.024.638 registrados até março de 2012.

Essa variação decorreu, principalmente, pelos seguintes fatos:

- a) aumento de 26,8% na receita de fornecimento de energia elétrica em virtude principalmente da alteração na estrutura tarifária a partir de 24.01.2013, onde a tarifa de energia representa, neste período, maior percentual em relação à tarifa de uso do sistema da distribuição - tusd;
- b) acréscimo de 72,1% na receita de suprimento de energia elétrica, devido à situação conjuntural favorável no Mercado de Curto Prazo;
- c) decréscimo na disponibilidade da rede elétrica de 31,5% decorrente principalmente: (i) da alteração na estrutura tarifária a partir de 24.01.2013, onde a tusd representa, neste período, menor percentual em relação à tarifa de energia; e (ii) da prorrogação do contrato de concessão da transmissão;
- d) acréscimo de R\$ 75.997 na Receita de Construção. A Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica, as quais totalizaram R\$ 181.191 em março de 2013 e R\$ 105.194 milhões no mesmo período de 2012. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como custo de construção, quando incorridos; e
- e) acréscimo de 93,5% em outras receitas operacionais, em virtude principalmente do maior valor em receita de aluguel da UEG Araucária.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 31)

Ao final de março de 2013, o total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 1.881.951, valor 19,1% superior aos R\$ 1.580.032 registrados no mesmo período de 2012. Os principais destaques foram:

- a) acréscimo de 39,5% na conta Energia elétrica comprada para revenda devido, sobretudo, ao (i) aumento do PLD em 2013 e (ii) maior quantidade de energia adquirida na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE;
- b) decréscimo de 11,7% em Encargos do uso da rede elétrica em virtude principalmente do menor valor de encargos setoriais devido à prorrogação da concessão da transmissão, compensado pelo aumento de Encargos dos Serviços do Sistema - ESS, devido ao despacho das usinas térmicas;
- c) acréscimo de 6,3% em relação ao mesmo período de 2012 no saldo da conta Pessoal e administradores, refletindo sobretudo o reajuste salarial, conforme acordo coletivo;
- d) acréscimo de 5,8% nos Planos Previdenciário e Assistencial decorrente principalmente dos efeitos da avaliação atuarial, calculada por atuário contratado;
- e) decréscimo de 71,2% em Provisões e reversões decorrente principalmente das reversões ocorridas em provisões fiscais e em provisões cíveis e de direito administrativo; e

- f) aumento de 12,0% em Outros custos e despesas operacionais em virtude, sobretudo, dos maiores valores com arrendamentos e aluguéis e ao acréscimo em perdas na desativação e alienação de bens.

Resultado Financeiro (NE nº 32)

O acréscimo de R\$ 58.623 no resultado financeiro deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos das mudanças de vida útil estabelecida pela Aneel em março de 2012, referente à Resolução Normativa nº 474/2012, reduzindo as despesas financeiras em março de 2013.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* - Ebitda) atingiu o montante de R\$ 664.907 em março de 2013, 10,43% superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

Cálculo do Lajida/Ebitda		Consolidado
	31.03.2013	31.03.2012 Reapresentado
Lucro líquido do período	398.656	319.745
IRPJ e CSLL diferidos	(69.357)	(36.832)
Provisão para IRPJ e CSLL	262.667	193.330
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(73.899)	(15.276)
Lajir/Ebit	518.067	460.967
Depreciação e Amortização	146.841	141.144
Lajida/Ebitda	664.908	602.111
Receita Operacional Líquida - ROL	2.380.410	2.024.638
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	27,9%	29,7%



COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: MAURICIO SCHULMAN
Secretário Executivo: LINDOLFO ZIMMER
Membros: CARLOS HOMERO GIACOMINI
MAURÍCIO BORGES LEMOS
JOSE RICHÁ FILHO
PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR
MARCO AURELIO ROGERI ARMELIN
NATALINO DAS NEVES
NEY AMILTON CALDAS FERREIRA

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente: CARLOS HOMERO GIACOMINI
Membros: JOSE RICHÁ FILHO
PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR

CONSELHO FISCAL

Presidente: JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares: NELSON LEAL JUNIOR
JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO
GUSTAVO HENRIQUE FABRICIO
CARLOS EDUARDO PARENTE DE O. ALVES
Membros Suplentes: OSNI RISTOW
ROBERTO BRUNNER
GILMAR MENDES LOURENÇO
BRUNO CABRAL BERGAMASCO
FLAVIO JARCZUN KAC

DIRETORIA

Diretor Presidente: LINDOLFO ZIMMER
Diretora de Gestão Corporativa: YÁRA CHRISTINA EISENBACH
Diretor de Distribuição: VLADimir SANTO DALEFFE
Diretor de Engenharia: JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações: LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações: JAIME DE OLIVEIRA KUHN
Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial: JONEL NAZARENO IURK
Diretor Jurídico: JULIO JACOB JUNIOR
Diretor de Novas Energias: HENRIQUE JOSÉ TERNES NETO

CONTADOR

Contador - CRC-PR-045809/0-2: ADRIANO FEDALTO
Informações sobre este Relatório: Fone: +55 (41) 3331-4051
rsustentabilidade@copel.com
Informações: Fones: +55 (41) 3222-2027 / 3331-4359
Fax: +55 (41) 3331-2849

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Curitiba - PR

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais

acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil pela entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013 do CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios a Empregados e do CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Curitiba, 14 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-PR

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador - CRC 1SP141128/O-2-S-PR